

UFRRJ
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS
EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISSERTAÇÃO

A Agroecologia Como Estratégia de
Desenvolvimento Local: Análise e Proposições para
um Banco de Alimentos no Município de Maricá RJ

Angélica Cristina Laurindo do Nascimento

2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**A Agroecologia Como Estratégia de Desenvolvimento Local: Análise e
Proposições para um Banco de Alimentos no Município de Maricá RJ**

ANGÉLICA CRISTINA LAURINDO DO NASCIMENTO

Sob a Orientação do Professor
Robson Amâncio

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de **Mestra** no Programa de Pós-
Graduação em Práticas em
Desenvolvimento Sustentável.

Seropédica, RJ
Dezembro de 2025

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N244a Nascimento, Angélica Cristina Laurindo do, 1995-
A Agroecologia Como Estratégia de Desenvolvimento
Local: Análise e Proposições para um Banco de
Alimentos no Município de Maricá RJ / Angélica
Cristina Laurindo do Nascimento. - Seropédica-RJ,
2025.
59 f.: il.

Orientador: Robson Amâncio. Dissertação (Mestrado).
-- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Programa de Pós-Graduação em Práticas em
Desenvolvimento Sustentável, 2025.

1. Segurança alimentar e nutricional. 2. Políticas
públicas. 3. Agricultura urbana. 4.
Intersetorialidade. 5. Soberania alimentar. I.
Amâncio, Robson, 1961-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável
III. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta dissertação, desde que seja citada a fonte.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

ANGELICA CRISTINA LAURINDO DO NASCIMENTO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/01/2026.

Documento assinado digitalmente
 **ROBSON AMANCIO**
Data: 30/04/2026 11:42:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Robson Amâncio . Prof. Dr. – UFRRJ
(Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **ROSEANE MOREIRA SAMPAIO BARBOSA**
Data: 04/05/2026 15:27:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Roseane Moreira Sampaio Barbosa. Prof.^a Dr.^a – (UFF)
(Membro Externo)

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE MAGNO LOPES GOLLO**
Data: 05/05/2026 04:42:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alexandre Magno Lopes Gollo. Prof. Dr. - UFRRJ
(Membro Interno)

DEDICATÓRIAS

Dedico este trabalho à Áurea, minha filha,
e aos meus pais Eduardo e Ana Maria por
todo apoio diário e grande parceria na
superação dos desafios cotidianos.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida e inspiração. Agradeço a minha maravilhosa filha Áurea por trazer tanta alegria e leveza aos meus dias. Aos meus pais Eduardo e Ana Maria pela amizade, conselhos e por acreditarem tanto em mim. À minha família Ana Paula, Andreza, Andreia, Arthur, Heloísa e Elisa pela paciência e tanto amor. Às queridas amigas de trabalho, que sempre me apoiaram Bianca, Anna, Aline e Andrea e todos da equipe. Aos queridos amigos Alerrandro, Carol, Thaísa pelos diálogos e parceria. À todos os amigos de dança por serem minha alegria.

Agradeço ainda a Prefeitura de Maricá - RJ por disponibilizar o uso de dados para elaboração deste projeto.

À CAPES por promover o apoio à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, permitindo assim o desenvolvimento científico e social do país.

Ao PPGPDS, aos coordenadores, colegas de turma, secretaria e aos estimados professores deste programa pelos conhecimentos compartilhados. Em especial agradeço ao Prof. Dr. Robson Amâncio pela orientação deste trabalho com tanta paciência e conhecimentos trocados.

À UFRRJ por possibilitar a realização da minha formação através do ensino público de excelência.

RESUMO

NASCIMENTO, Angélica Cristina Laurindo. **A agroecologia como estratégia de desenvolvimento local: análise e proposições para um banco de alimentos no município de Maricá-RJ.** 2025. 48p. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

A crescente demanda por sistemas alimentares sustentáveis e inclusivos tem colocado a agroecologia no centro das discussões sobre desenvolvimento territorial e segurança alimentar e nutricional no Brasil. Nesse contexto, os municípios assumem papel estratégico na formulação de políticas públicas voltadas à soberania alimentar e ao fortalecimento de circuitos curtos de produção e consumo. Este estudo analisou a inserção da agroecologia nas políticas municipais de segurança alimentar e nutricional (SAN) em Maricá-RJ, com vistas à proposição de diretrizes para a estruturação de um banco de alimentos orientado por princípios agroecológicos. Para isso, empregou-se abordagem mista, integrando pesquisas secundárias para mapeamento institucional de projetos municipais com relação com a temática, aplicação de questionário estruturado, entrevista semiestruturada com representante da gestão pública e visita técnica a um equipamento de referência nacional seguindo estratégias avaliativas do Manual de Operacionalização e Avaliação da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, possibilitando a triangulação metodológica. Os resultados indicaram reconhecimento crescente da agroecologia como eixo estratégico de políticas sociais e ambientais, embora persistam fragilidades na articulação intersetorial, na qualificação técnica das equipes e na ausência de um sistema unificado de distribuição. Conclui-se que o fortalecimento da política local de SAN depende da integração entre produtores familiares, instâncias públicas e sociedade civil, além da criação de instrumentos de governança territorial e observatórios temáticos. Propõe-se, por fim, a implementação de um banco de alimentos com base agroecológica e a consolidação de práticas formativas permanentes, ampliando a resiliência e a sustentabilidade do sistema alimentar municipal.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional. Políticas públicas. Agricultura urbana. Intersetorialidade. Soberania alimentar.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Angélica Cristina Laurindo. **Agroecology as a Strategy for Local Development: Analysis and Proposals for a Food Bank in the Municipality of Maricá, RJ.** 2025. 48p. Dissertation (Master's Degree in Practices in Sustainable Development). Institute of Forests, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

The growing demand for sustainable and inclusive food systems has placed agroecology at the core of debates on territorial development and food security in Brazil. In this scenario, municipalities play a strategic role in designing public policies that promote food sovereignty and strengthen short supply chains. This study examined the integration of agroecology into local food and nutrition security (FNS) policies in Maricá, Brazil, aiming to propose guidelines for establishing an agroecology-based food bank. A mixed-method approach was secondary research for institutional mapping of municipal projects related to the theme. applied, combining a structured questionnaire, a semi-structured interview with a public management representative, and a technical visit to a nationally recognized food bank following the evaluation strategies of the Operationalization and Evaluation Manual of the Brazilian Network of Food Banks, ensuring methodological triangulation. Findings revealed increasing institutional recognition of agroecology as a strategic axis of social and environmental policy, despite weaknesses in intersectoral coordination, staff training, and the absence of a unified food distribution system. It is concluded that strengthening local FNS policy requires integration between family farmers, public agencies, and civil society, as well as the creation of governance mechanisms and thematic observatories. The study recommends implementing an agroecological food bank and permanent training programs to enhance the resilience and sustainability of the municipal food system.

Keywords: Food and nutrition security. Public policies. Urban agriculture. Intersectoral governance. Food sovereignty.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapeamento e distribuição dos Centros de Referência em Assistência Social. Maricá/RJ. Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Maricá-RJ (Prefeitura Municipal de Maricá-RJ, 2021b).	7
Figura 2. Área de recepção dos alimentos do Banco de Alimentos (Nova Iguaçu-RJ).	23
Figura 3. Padrão das cestas que são montadas e distribuídas no Banco de Alimentos Laranjais (Nova Iguaçu-RJ).....	24
Figura 4. Câmara fria do Banco de Alimentos Laranjais (Nova Iguaçu-RJ).	25

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Critérios de Avaliação de Bancos de Alimentos RBBA (2025).	13
Quadro 2. Identificação e Categorização de projetos municipais.	15
Quadro 3. Segmentos de atuação dos respondentes.	16
Quadro 4. Caracterização geral dos projetos.	16
Quadro 5. Grau de integração intersetorial dos projetos.	17
Quadro 6. Indicadores de produção e destinação.	17
Quadro 7. Percepção sobre a criação de um Banco de Alimentos Municipal.	18
Quadro 8. Percepções dos CRAS sobre insegurança alimentar e nutricional.	18
Quadro 9. Avaliação Banco Laranjais (Nova Iguaçu - RJ).	22

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUP	Agricultura Urbana e Periurbana
BA	Banco de Alimentos
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAISAN	Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEASAS	Centrais de Abastecimento
CODEMAR	Companhia de Desenvolvimento de Maricá
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICTIM	Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá
IDR	Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro
INSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PLANSAN	Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
RBBA	Rede Brasileira de Bancos de Alimentos
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	3
2.1 Agroecologia, Agricultura Urbana e Políticas Públicas	3
2.2 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Iniciativas de Abastecimento	4
2.3 Governança, Arranjos Colaborativos e Participação Social	5
2.4 O Município de Maricá-RJ e a Agenda 2030	6
2.5 Desenvolvimento Local e a Segurança Alimentar	9
3 METODOLOGIA.....	11
3.1. Tipo de Pesquisa e Abordagem Metodológica	11
3.2 Mapeamento Institucional	11
3.3 Participantes - questionário	11
3.4 Critérios de Inclusão e Exclusão - questionário	12
3.5 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados	12
3.7 Tratamento e Análise dos Dados	14
4 RESULTADOS	15
4.1. Mapeamento Institucional	15
4.2. Questionário	16
4.2.1 Perfil Institucional e Segmentos de Atuação	16
4.2.2 Caracterização dos Projetos Municipais.....	16
4.2.3 Integração Intersetorial e Parcerias.....	17
4.2.4 Produção, Destino e Beneficiários	17
4.2.5 Governança Alimentar e Banco de Alimentos Municipal.....	17
4.2.6 Papel do COMSEA e da Gestão Pública	18
4.2.7 Segurança Alimentar e Nutricional e o Papel dos CRAS.....	18
4.2.8 Desafios e Perspectivas	18
4.3 Entrevista com a Subsecretária de Economia Solidária e Presidenta do CAISAN/COMSEA – Maricá.....	19
4.4 Visita ao Banco de Alimentos Laranjais (Nova Iguaçu-RJ).....	20
4.4.1 Relato em Caderno de Campo	20
4.4.2 Análise de Conformidade: Banco de Alimentos Laranjais vs. Manual de Avaliação RBBA (2025)	21
4.4.2.1 Dimensão Operacional e Logística.....	21
4.4.2.2 Dimensão de Qualidade e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)	21
4.4.2.3 Dimensão de Impacto Social e Redes de Atendimento	21
4.4.2.4 Dimensão de Sustentabilidade e Parcerias (Economia Circular)	21
4.4.3 Tabela Avaliativa.....	22
5 DISCUSSÃO	26
6 CONCLUSÕES.....	29
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
APÊNDICES	39
Apêndice A. Termo de Anuência Institucional (TAI).....	39
Apêndice B. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (continua).	40
Apêndice C. Questionário aplicado na pesquisa (continua).	42

Apêndice D. Transcrição de Entrevista com Subsecretária de Economia Solidária de Maricá, Presidente da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA).	47
--	----

1 INTRODUÇÃO

O acesso à alimentação é um direito social assegurado pela Constituição Federal Brasileira e um dos fundamentos da dignidade humana. Entretanto, mesmo sendo o Brasil um dos maiores produtores agropecuários do mundo, o país voltou a integrar o Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) após a pandemia da COVID-19, revelando contradições profundas entre a produtividade agrícola e a garantia de segurança alimentar e nutricional (PENSSAN, 2021). Esse cenário evidencia a desconexão entre o uso do território agrícola nacional e o atendimento às necessidades alimentares da população, em especial dos grupos historicamente vulnerabilizados.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a segurança alimentar e nutricional se baseia no acesso físico e econômico a alimentos adequados, seguros e em quantidade suficiente (FAO, 2023). No entanto, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar e Nutricional no Contexto da Pandemia da Covid-19 (PENSSAN, 2022) apontou que 33,1 milhões de brasileiros viviam em situação de fome no período entre 2021 e 2022. As desigualdades de gênero e raça intensificam essa realidade: domicílios chefiados por mulheres negras são os mais atingidos, reforçando a necessidade de políticas públicas intersetoriais voltadas à equidade e ao direito humano à alimentação adequada.

No contexto urbano, onde se concentra cerca de 87,4% da população brasileira (IBGE, 2024), as vulnerabilidades sociais se tornam ainda mais complexas. A precarização do trabalho, o desemprego e a informalidade limitam o acesso à alimentação e intensificam as desigualdades territoriais. Figueiredo *et al.* (2017) argumentam que o direito à cidade e o direito à saúde são dimensões interdependentes para a promoção da equidade, o que exige uma reestruturação do planejamento urbano. Nesse sentido, práticas como a agricultura urbana e a agroecologia emergem como instrumentos estratégicos de inclusão produtiva, de fortalecimento da soberania alimentar e de sustentabilidade nos espaços urbanos.

A agricultura urbana, conforme defendem Purcell e Tyman (2015) e Ferreira e Castilho (2016), deve ser compreendida como uma política pública articuladora, capaz de conectar dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento local. Além de contribuir para a redução do desperdício e o fortalecimento dos circuitos curtos de produção, essa prática aproxima o produtor do consumidor, fomentando a economia solidária e o uso socialmente justo do território. Nesse contexto, a agroecologia assume papel de destaque, ao propor sistemas produtivos resilientes, sustentáveis e socialmente inclusivos, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

Os Bancos de Alimentos (BA) configuram-se como equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, criados para reduzir o desperdício e redistribuir alimentos de forma equitativa. Instituídos no Brasil na década de 1990 e fortalecidos por políticas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os BAs se consolidaram como instrumentos de mitigação da fome e de articulação de políticas públicas de abastecimento, como o PAA e o PNAE. Contudo, a Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos (Brasil, 2020) demonstra baixa adesão de doadores agroecológicos e pouca integração com iniciativas locais de agricultura urbana, revelando lacunas na consolidação de um modelo de gestão territorial e participativo.

Destarte, buscou-se avaliar o potencial da agroecologia como estratégia de fortalecimento de um modelo territorial de desenvolvimento local em Maricá-RJ, analisando a estrutura institucional, operacional e participativa do Banco de Alimentos do município. O

estudo visou compreender como os princípios agroecológicos e as práticas de agricultura urbana podem contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, propondo diretrizes de integração entre produção local, gestão pública e inclusão social.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Agroecologia, Agricultura Urbana e Políticas Públicas

A agroecologia configura-se como campo transdisciplinar que articula princípios ecológicos, saberes locais e dimensões éticas e políticas vinculadas à soberania alimentar e à saúde coletiva, tornando-se, portanto, referencial relevante para políticas públicas municipais que visem simultaneamente produção, consumo e bem-estar (Burigo; Porto, 2019; Silva *et al.*, 2021). Paralelamente, a agricultura urbana e periurbana (AUP) tem sido reconhecida por seu caráter multifuncional e pelo potencial de contribuir diretamente para o acesso a alimentos frescos, geração de renda e provisão de serviços ambientais nos territórios municipais, o que legitima sua incorporação em agendas de desenvolvimento urbano e políticas de segurança alimentar e nutricional locais (Curan; Marques, 2021; Santos; Machado, 2019; Savian; Boff; Boff, 2021).

O processo histórico que levou de formas de “agricultura alternativa” a configurações mais consolidadas de “agroecologia científica” envolveu a interação entre movimentos sociais, saberes camponeses, pesquisa acadêmica e marcos institucionais, resultando em maior articulação entre práticas produtivas e construção de políticas públicas (Burigo; Porto, 2019; Georgin *et al.*, 2024). Trabalhos sobre formação e ensino em agroecologia demonstram a emergência de agendas acadêmicas e pedagógicas que sistematizam princípios agroecológicos sem desvinculá-los das demandas sociais e políticas que lhes deram origem, reforçando a natureza híbrida – científico-prática-política – do campo (Georgin *et al.*, 2024; Grisa; Porto, 2023). Essa trajetória explica a proliferação de terminologias e abordagens, como agricultura orgânica, agroecologia e iniciativas de base agroecológica, que demandam precisão conceitual para o delineamento de intervenções municipais coerentes e eficazes (Albuquerque; Lima, 2023; Becker; Ximenes, 2023; Calbino *et al.*, 2018).

A agricultura orgânica, tal como institucionalmente reconhecida, focaliza práticas produtivas que evitam insumos sintéticos e frequentemente assenta-se em normas e regimes de certificação e mercados específicos (Albuquerque; Lima, 2023). Em contraste, a agroecologia abrange conjunto mais amplo de dimensões: além de práticas agrícolas sustentáveis, incorpora análise ecológica, integração de saberes locais, ênfase na soberania alimentar e articulação política e social (Becker; Ximenes, 2023; Biondo *et al.*, 2023; Burigo; Porto, 2019).

A AUP tem demonstrado capacidade de complementar a oferta de alimentos frescos nas cidades, facilitar o acesso em territórios vulneráveis e contribuir para dietas mais diversificadas, aspectos centrais para o enfrentamento de inseguranças alimentares urbanas (Cunha; Cardoso, 2022; Curan; Marques, 2021; Duarte *et al.*, 2024; Santos; Machado, 2019). Revisões e estudos sobre a multifuncionalidade da AUP destacam seu potencial econômico, sociocultural e ambiental, justificando políticas públicas integradas que reconheçam e fomentem essas múltiplas funções (Curan; Marques, 2021; Leão; Pelegrino; Cócaro, 2022; Savian; Boff; Boff, 2021).

A inserção da agroecologia e da AUP nas agendas de cidades sustentáveis passa pela promoção de cadeias curtas, incremento da diversidade alimentar, conservação da biodiversidade urbana e redução da pegada ecológica associada ao transporte e processamento dos alimentos (Lamarca *et al.*, 2024; Lucena; Massuia, 2021; Pozzebon; Rambo; Gazolla, 2017; Savian; Boff; Boff, 2021). Evidências comparativas mostram que práticas produtivas urbanas bem articuladas podem reduzir emissões e fortalecer a resiliência territorial (Leão; Pelegrino; Cócaro, 2022; Lucena; Massuia, 2021; Santos *et al.*, 2024; Savian; Boff; Boff, 2021). Em contextos sujeitos a eventos extremos, a diversificação e o fortalecimento de circuitos locais de

alimentos são vetores estratégicos de adaptação e proteção social (Leão; Pelegrino; Cócaro, 2022; Mata; Sanudo; Medeiros, 2024).

Em síntese, a articulação entre agroecologia, agricultura urbana e políticas públicas oferece arcabouço conceitual e pragmático para que municípios promovam sistemas alimentares mais equitativos, sustentáveis e resilientes, desde que as intervenções sejam contextualizadas à heterogeneidade socioespacial e institucional do território (Becker; Ximenes, 2023; Belik, 2015; Grisa; Porto, 2023; Savian; Boff; Boff, 2021).

2.2 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Iniciativas de Abastecimento

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) constitui um conceito multidimensional que abrange a disponibilidade, o acesso, a utilização biológica e a estabilidade dos alimentos ao longo do tempo (Diekmann; Gray; Thai, 2020; Silva; Simões, 2023). Essa abordagem amplia a compreensão do fenômeno alimentar para além da produção, incorporando aspectos de equidade, nutrição e resiliência frente a choques econômicos e climáticos. No contexto contemporâneo, a SAN vem sendo discutida como um eixo estruturante de políticas públicas voltadas à soberania alimentar, à sustentabilidade e à redução das desigualdades sociais (Sencébé; Pinton; Cazella, 2020; Verano; Medina; Silva Neto, 2023).

As redes locais de abastecimento, tais como as feiras agroecológicas, Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) e bancos de alimentos - têm sido reconhecidas como mecanismos eficazes de promoção da SAN e de fortalecimento da economia local (Ghinoi; Wesz Junior; Piras, 2018; Martinez *et al.*, 2022). Essas iniciativas operam como mediadoras entre produção e consumo, reduzindo distâncias logísticas, desperdícios e intermediários, o que potencializa o acesso a alimentos frescos e nutritivos, além de fortalecer os vínculos comunitários e o capital social (Birtalan *et al.*, 2020; Pu; Xu; Fu, 2022).

No Brasil, políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) consolidaram o papel da agricultura familiar e da agroecologia como bases para a segurança alimentar, ao promoverem circuitos curtos e justos de comercialização (Alves-Pinto; Newton; Pinto, 2015; Ghinoi; Wesz Junior; Piras, 2018). Essas estratégias, ao integrarem dimensões produtivas e sociais, demonstram como a SAN depende da articulação entre governos locais, produtores e consumidores, fortalecendo uma governança participativa e intersetorial (Georges *et al.*, 2025; Silva; Souza, 2023).

Os bancos de alimentos, em especial, representam instrumentos centrais para redistribuição de excedentes e combate ao desperdício, inserindo-se em redes institucionais que visam reduzir vulnerabilidades alimentares e promover a inclusão social (Georges *et al.*, 2025; Martinez *et al.*, 2022). Sua eficácia está associada à coordenação entre setores públicos, comunitários e privados, e à capacidade de articulação interinstitucional em torno de metas de sustentabilidade e equidade.

Além de atender a aspectos logísticos e nutricionais, as iniciativas de SAN assumem papel educativo e político, promovendo a conscientização sobre hábitos alimentares saudáveis e a valorização da produção local (Samoggia *et al.*, 2019; Verano; Medina; Silva Neto, 2023). Assim, o fortalecimento da SAN depende tanto de políticas públicas consistentes quanto da mobilização social e da consolidação de uma cultura alimentar baseada em solidariedade, sustentabilidade e justiça social.

A segurança alimentar e nutricional no cenário brasileiro contemporâneo encontra-se intrinsecamente vinculada a mecanismos institucionais de combate ao desperdício, entre os quais se destaca a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (RBBA). Instituída originalmente pela Portaria nº 17, de 14 de abril de 2017, e posteriormente restituída por meio do Decreto nº 12.512, de 12 de junho de 2025, a RBBA configura-se como uma estratégia intersetorial

coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Sob a égide da Portaria nº 192, de 2 de setembro de 2025, a Rede atua na articulação de 194 bancos de alimentos, englobando desde equipamentos públicos e unidades localizadas em Centrais de Abastecimento (Ceasas) até iniciativas do Serviço Social do Comércio (Rede Sesc Mesa Brasil) e organizações da sociedade civil. A existência desse arranjo institucional fundamenta-se na promoção do direito humano à alimentação adequada, buscando mitigar perdas na cadeia produtiva por meio da troca de experiências, do incentivo à pesquisa e da qualificação técnica de seus integrantes. Nesse sentido, a RBBA não apenas viabiliza a redistribuição de insumos, mas também reforça compromissos estruturantes com a sustentabilidade e a adoção de práticas de economia circular, consolidando-se como um pilar essencial para a eficácia das políticas de soberania alimentar no país.

Em síntese, a SAN deve ser compreendida como parte de uma estratégia territorial de desenvolvimento sustentável, na qual bancos de alimentos, feiras agroecológicas e CSAs funcionam de modo complementar, articulando práticas agroecológicas, gestão pública e inclusão social. Essa abordagem integrativa consolida a agroecologia como uma via para o direito humano à alimentação adequada, para a resiliência comunitária e para o fortalecimento das economias locais (Diekmann; Gray; Thai, 2020; Silva; Souza, 2023; Verano; Medina; Silva Neto, 2023).

2.3 Governança, Arranjos Colaborativos e Participação Social

Os arranjos colaborativos constituem o principal mecanismo operacional para converter a governança em ação efetiva. A integração entre redes, conselhos, comitês e parcerias envolvendo o setor público, produtores, sociedade civil e organizações de assistência social viabiliza o compartilhamento de recursos, conhecimento técnico e suporte institucional (Buttenbender *et al.*, 2022; Leite *et al.*, 2021; Pinheiro *et al.*, 2021). Essa configuração cria um ambiente de cooperação estruturada, em que a complementaridade de competências e a corresponsabilidade fortalecem a execução de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional e ao desenvolvimento territorial.

As alianças estratégicas entre órgãos governamentais, universidades e setor produtivo, especialmente quando orientadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ampliam a capacidade de gestão e de implementação de políticas públicas, favorecendo a inovação social e o monitoramento integrado de resultados (Pinheiro *et al.*, 2021; Rocha *et al.*, 2025). A operacionalização desses arranjos demanda mecanismos claros de coordenação, construção de confiança e canais de comunicação eficazes, que assegurem participação ativa dos atores envolvidos (Santini; Carvalho, 2019). Assim, as redes colaborativas se configuram como ecossistemas institucionais capazes de transformar recursos ociosos em ações de impacto social e ambiental positivo (Buttenbender *et al.*, 2022).

A participação social e o controle institucional configuram-se como elementos centrais para a legitimidade e a efetividade das políticas públicas. Os conselhos e comitês de políticas públicas, como os de segurança alimentar e nutricional ou de desenvolvimento rural, exercem papel decisivo na formulação, deliberação e monitoramento de ações (Leite *et al.*, 2021; Silva; Biella; Petramale, 2015). A inserção da sociedade civil nesses espaços reforça o caráter democrático da gestão pública e favorece a adaptação das políticas às realidades locais, garantindo maior alinhamento entre necessidades comunitárias e estratégias institucionais (Santini; Carvalho, 2019).

As plataformas digitais de participação configuram-se como instrumentos de ampliação da cidadania ativa, desde que associadas a mecanismos de escuta qualificada e resposta institucional (Bezerra *et al.*, 2025; Vasques, 2020). Tais ferramentas complementam, e não substituem, os espaços públicos de deliberação, permitindo maior transparência e

rastreabilidade das decisões (Santini; Carvalho, 2019). A institucionalização de processos participativos requer ainda a criação de conselhos representativos e mecanismos permanentes de feedback, que assegurem continuidade e monitoramento das ações implementadas (Leite *et al.*, 2021; Silva; Biella; Petramale, 2015).

A construção de confiança e o fortalecimento do capital social são fundamentos estruturantes de qualquer iniciativa colaborativa. A confiança, quando sustentada por relações transparentes e normas compartilhadas, potencializa a capacidade de enfrentar desafios institucionais e de promover a adaptação frente a mudanças de contexto (Buttenbender *et al.*, 2022; Pinheiro *et al.*, 2021). Essa coesão social favorece a partilha de riscos, a mobilização de recursos comunitários e a cocriação de soluções localmente adequadas, atuando como catalisador de inovação e resiliência (Rocha *et al.*, 2025; Silva; Souza, 2023).

A avaliação de políticas públicas e programas sociais requer abordagens multidimensionais que articulem efetividade, impacto e engajamento. Modelos analíticos baseados na Teoria da Mudança permitem mapear resultados esperados, pressupostos e indicadores de desempenho, fornecendo um guia lógico para mensuração e aprendizagem institucional (Rodrigues *et al.*, 2021). O uso de indicadores de governança e resiliência socioecológica possibilita aferir eficiência, sustentabilidade e adaptação das ações, especialmente no contexto de políticas de segurança alimentar (Barboza *et al.*, 2023; Silva; Souza, 2023).

A adoção de metodologias participativas e instrumentos digitais fortalece a legitimidade das políticas e amplia a diversidade de atores engajados (Motta; Garrossini, 2025). O design participativo e a governança digital favorecem a coprodução de valor público, desde que os processos de escuta e decisão sejam efetivos e representativos (Bezerra *et al.*, 2025). O uso de indicadores específicos de qualidade da participação e percepção de legitimidade contribui para o aprimoramento contínuo da gestão pública (Jannuzzi, 2016; Rodrigues *et al.*, 2021; Silva; Biella; Petramale, 2015).

Entre os principais desafios, destacam-se as limitações estruturais, como restrições orçamentárias e tecnológicas, e as barreiras culturais à cooperação interinstitucional (Albuquerque; Lima, 2023; Castro Júnior *et al.*, 2024). A capacitação contínua das equipes e a clareza de papéis entre os atores são condições essenciais para manter a confiança e a eficácia das ações (Magalhães-Timotio; Eça; Dos Santos Júnior, 2018). A integração entre avaliação, governança e participação emerge, portanto, como eixo estratégico para a construção de redes alimentares resilientes e de políticas públicas sustentáveis (Motta; Boog, 2015; Rodrigues *et al.*, 2021; Silva; Souza, 2023).

2.4 O Município de Maricá-RJ e a Agenda 2030

Maricá é um município localizado na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, Brasil. Faz fronteira com os municípios de Itaboraí, São Gonçalo, Rio Bonito, Niterói, Saquarema e Tanguá. Com área territorial de 361,572km² composta por quatro distritos (Itaipuaçu, Inoã, Centro e Ponta Negra) e população de 197.277 pessoas (IBGE, 2022), com crescimento de cerca de 54,87% desde o censo realizado em 2010, representando o maior crescimento populacional do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo dados do censo municipal realizado pelo Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (2020) estima-se que haja no município 21 unidades de assistência social. Os dados analisados até o ano de 2020 estimam-se 63.304 pessoas cadastrados pelo CadÚnico para programas sociais do governo federal, e 14.817 famílias assistidas pelo

programa Renda Mínima Mumbuca¹ até o ano de 2017. O IDR estima ainda que são 9.831 pessoas em situação de vulnerabilidade no município.

O MDS define os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade que oferece atendimentos individualizados ou em grupos (a indivíduos e famílias). Estes mecanismos tomam dimensões amplas no serviço aos usuários, pois atua como um ponto facilitador de vincular informações sobre serviços e direitos inerentes ao exercício da cidadania. ao ampliar a gama de serviços prestados à população os CRAS rompem com o paradigma do assistencialismo para o papel fundamental de comunicador e facilitador de direitos sociais que são garantidos constitucionalmente à todos os cidadãos. Atualmente o município possui nove unidades fixas distribuídas pelos quatro distritos e um itinerante (Figura 1).



Figura 1. Mapeamento e distribuição dos Centros de Referência em Assistência Social. Maricá/RJ. Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Maricá-RJ (Prefeitura Municipal de Maricá-RJ, 2021b).

A Prefeitura de Maricá participou da apresentação do relatório final do projeto “Cidades e Alimentação: Governança e Boas Práticas para Alavancar os Sistemas Alimentares Urbanos Circulares”, um estudo que reúne cidades do Brasil e da União Europeia com o objetivo de fortalecer os sistemas alimentares urbanos (Prefeitura Municipal de Maricá-RJ, 2023).

¹ Programa criado a partir do Decreto n. 125 de dezembro de 2015, pela Secretaria de Economia Solidária de Maricá - RJ, com o objetivo de distribuição de renda a partir da moeda social municipal Mumbuca (Prefeitura Municipal de Maricá-RJ, 2021a).

O município se tornou referência mundial em agroecologia e agricultura urbana com as recentes participações em eventos internacionais em 2022, como o 8º Fórum Global do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão, realizado em outubro no Rio de Janeiro, e a Conferência da ONU de Mudanças Climáticas, a COP 27, que ocorreu em novembro, no Egito (Prefeitura Municipal de Maricá-RJ, 2023). Como ciência, a agroecologia é um dos principais caminhos no debate sobre produção de alimentos, possibilitando que seja uma alternativa tanto para população situada em ambientes rurais quanto em ambientes urbanos e periurbanos, além de possibilitar uma cadeia agroalimentar local e segura. Apresenta-se como tarefa coletiva o planejamento de soluções com funcionalidade produtiva e social, tendo como base a soberania das populações no desenvolvimento de redes de produção e consumo locais, oriundas de sistemas ambientalmente equilibrados.

O grande diferencial de se propor um Banco de Alimentos seguindo preceitos agroecológicos é que este cumpre funcionalidade na distribuição de gêneros alimentícios *in natura*, que na maioria das ações filantrópicas de doações de cestas básicas não é fornecida, devido à perecibilidade dos alimentos, compor a distribuição de frutas, verduras e legumes frescos, produzidos no município através de ações que são subsidiadas com recursos públicos, livres de venenos e diversificados é fundamental para elaboração de um banco de alimentos seguindo os princípios da agroecologia. Este pensamento dialoga com os princípios descritos no Guia Alimentar para a População Brasileira (2014):

A promoção de uma alimentação adequada e saudável ocorre a partir de um sistema alimentar socialmente justo e ambientalmente equilibrado, livre de agentes contaminantes. Esta adequação advém de alimentos *in natura* - obtidos diretamente de plantas ou de animais sem que tenham sofrido qualquer alteração - ou minimamente processados - alimentos *in natura* que, antes de sua aquisição, foram submetidos a alterações mínimas, sem adição de aditivos químicos (Brasil, 2014).

Essa participação não é apenas um gesto cívico, mas um motor de legitimidade e efetividade das políticas públicas voltadas ao combate à fome e à redução das desigualdades (Medeiros; Añez, 2025). A atuação da sociedade civil organizada, por meio de propostas e cobranças, fortalece o desenho de políticas que respondam às necessidades reais da população Nascimento *et al.* (2024). A economia solidária, ao mobilizar redes de cooperação entre trabalhadores e comunidades, oferece caminhos práticos para transformar condições de pobreza em desenvolvimento local e soberania alimentar Nascimento *et al.* (2024). Além disso, a cobrança pela accountability social contribui para manter a pressão por resultados e transparência institucional frente ao poder público Farias (2024).

Para converter essa participação em governança efetiva, é essencial ampliar espaços institucionais de participação, como conselhos, coalizões e parcerias com o poder público, fortalecendo o protagonismo da sociedade civil (Martins; Malpass; Malpass, 2025; Medeiros; Añez, 2025). Casos como o Projeto Chapecó 2030 demonstram que a mobilização social pode orientar o planejamento local, incorporando saberes comunitários e práticas de gestão pública (Martins; Malpass; Malpass, 2025). A integração de ações entre sociedade civil, poder público e setores da iniciativa privada, com mecanismos de controle e cofinanciamento, amplia a capacidade de enfrentar a fome e promover justiça social Farias (2024). Essa dinâmica de participação e responsabilidade compartilhada é essencial para a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a sociedade proponha soluções eficazes e cobre resultados (Medeiros; Añez, 2025; Nascimento; Da Silva; De Souza Ferreira, 2024).

2.5 Desenvolvimento Local e a Segurança Alimentar

O desenvolvimento local, no contexto brasileiro, está associado à mobilização de capacidades territoriais, políticas públicas e redes institucionais voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional. Nesse cenário, os bancos de alimentos assumem papel estratégico ao articular produção local, redistribuição de alimentos e ações de educação alimentar, contribuindo para ampliar o acesso a alimentos e reduzir perdas ao longo das cadeias de abastecimento. Experiências brasileiras indicam que esses equipamentos também favorecem circuitos curtos de comercialização e fortalecem parcerias com agricultores familiares, promovendo impactos positivos tanto no acesso à alimentação quanto na dinâmica econômica local (Tenuta *et al.*, 2021).

A integração entre equipamentos públicos de segurança alimentar e políticas de abastecimento amplia o potencial dessas iniciativas no território. Programas institucionais e estratégias intersetoriais têm demonstrado capacidade de estimular mercados locais e fortalecer a agricultura familiar, ao mesmo tempo em que ampliam o acesso a alimentos adequados e saudáveis para populações em situação de vulnerabilidade (Sidaner *et al.*, 2012; Tenuta *et al.*, 2021). Nesse contexto, os bancos de alimentos passam a atuar não apenas como instrumentos de redistribuição, mas como componentes de sistemas alimentares territoriais capazes de conectar produção, consumo e políticas públicas.

A consolidação dessas iniciativas depende de arranjos institucionais que articulem políticas nacionais, estratégias municipais e especificidades regionais dos sistemas alimentares. Quando essa coordenação não ocorre de forma adequada, podem persistir fragilidades estruturais relacionadas à oferta de alimentos e à dependência de políticas compensatórias (Fagundes *et al.*, 2022; Sabio *et al.*, 2023). Por essa razão, estudos recentes têm enfatizado a importância de instrumentos de avaliação capazes de integrar recursos, processos operacionais e resultados sociais das iniciativas de segurança alimentar.

Nesse sentido, modelos analíticos aplicados a bancos de alimentos no Brasil destacam dimensões como governança intersetorial, eficiência logística e impactos nutricionais como aspectos centrais para o aprimoramento dessas estruturas (Tenuta *et al.*, 2025; Costa *et al.*, 2024; Souza, 2023). Essas abordagens permitem avaliar não apenas a quantidade de alimentos redistribuídos, mas também a capacidade dessas iniciativas de promover mudanças estruturais no acesso à alimentação e na organização dos sistemas alimentares locais.

Paralelamente, pesquisas recentes apontam que a incorporação de tecnologias digitais pode contribuir para ampliar doações, reduzir desperdícios e melhorar a rastreabilidade dos alimentos distribuídos. Essas ferramentas favorecem a transparência dos processos e fortalecem a integração entre diferentes atores das redes alimentares locais (Souza, 2023). Além disso, destaca-se a importância da qualificação profissional, especialmente de nutricionistas e gestores públicos, para garantir a qualidade nutricional dos alimentos e a conformidade sanitária dos serviços prestados (Oliveira *et al.*, 2025).

A articulação entre produção local, consumo e políticas públicas constitui, portanto, elemento central para a construção de sistemas alimentares territorializados e sustentáveis. No Brasil, a integração entre equipamentos públicos de segurança alimentar, como bancos de alimentos, restaurantes populares e programas de alimentação escolar, tem sido apontada como estratégia relevante para ampliar o acesso a alimentos saudáveis e fortalecer a agricultura familiar (Burlandy *et al.*, 2016; Sidaner *et al.*, 2012).

Entretanto, a efetivação dessas iniciativas ainda enfrenta desafios relacionados à continuidade das políticas públicas, à disponibilidade de recursos institucionais e à capacidade de coordenação entre diferentes atores envolvidos. Essas limitações evidenciam a necessidade de mecanismos institucionais que assegurem estabilidade administrativa, transparência e monitoramento das ações (Fagundes *et al.*, 2022; Hennen *et al.*, 2018).

Nesse contexto, a construção de redes territoriais de cooperação emerge como elemento fundamental para fortalecer sistemas alimentares locais e ampliar a resiliência das comunidades frente a crises econômicas, sociais e climáticas. A participação social e a articulação entre diferentes instituições contribuem para consolidar políticas públicas capazes de promover inclusão, equidade e sustentabilidade nos sistemas alimentares (Silva *et al.*, 2023; Sabio *et al.*, 2023).

3 METODOLOGIA

3.1. Tipo de Pesquisa e Abordagem Metodológica

A presente pesquisa caracteriza-se possui como descritiva e exploratória, de abordagem mista (quantitativa e qualitativa), fundamentada em técnicas de pesquisa de campo, levantamento de dados primários e secundários e análise documental. O delineamento metodológico buscou compreender a relação entre agroecologia, políticas públicas e segurança alimentar e nutricional, considerando o contexto institucional e territorial do município de Maricá-RJ.

De acordo com Gil (2022), esse tipo de investigação é adequado para identificar características de fenômenos sociais e subsidiar diagnósticos situacionais. A opção pela abordagem mista justifica-se pela necessidade de integrar evidências quantitativas – oriundas dos questionários aplicados a profissionais da rede pública – com interpretações qualitativas, provenientes de entrevistas e observações de campo (Creswell; Creswell, 2023).

O estudo foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o registro CAAE 78915724.6.0000.0311, atendendo às diretrizes da Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016).

3.2 Mapeamento Institucional

Para o estudo, inicialmente foi realizado um mapeamento de ações e colaboradores que atuam em projetos nas áreas de agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional e afins no município de Maricá, Rio de Janeiro. Através da realização de pesquisas com resultados referenciados pela literatura acadêmica e pesquisas primárias com projetos em curso e que dialoguem com a temática.

Das principais ferramentas de busca foram considerados o Site Oficial da Prefeitura de Maricá, matérias em sites, redes sociais dos projetos, relatórios técnicos e publicações acadêmicas de resultados dos projetos.

3.3 Participantes - questionário

A pesquisa de campo contou com 16 profissionais vinculados à rede pública municipal de Maricá-RJ, atuantes em diferentes frentes das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, assistência social e agricultura urbana. A amostra foi intencional e não probabilística, sendo composta por 6 participantes (37,5%) dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), quatro (25%) vinculados a Projetos Municipais com interface socioambiental e comunitária, quatro (25%) pertencentes a Secretarias Municipais ou Autarquias, incluindo dois gestores e dois (12,5%) representantes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA).

Essa composição reflete a diversidade institucional e funcional das ações locais voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), em consonância com Flick *et al.* (2021) e Minayo (2014), que destacam a importância da heterogeneidade de contextos e experiências entre os sujeitos sociais como elemento essencial para a compreensão ampliada das práticas e políticas públicas no território.

3.4 Critérios de Inclusão e Exclusão - questionário

Os critérios de inclusão e exclusão das amostras foram definidos com o objetivo de direcionar adequadamente a composição dos grupos participantes da pesquisa (seguimentos), assegurando a consistência interna dos dados e a representatividade institucional dos sujeitos envolvidos. Foram considerados dois grupos principais: gestores e colaboradores de projetos municipais, e gestores e colaboradores de instâncias municipais, gestores (coordenadores) dos CRAS municipais, e membros do COMSEA.

No primeiro grupo, referente aos gestores e colaboradores de projetos municipais, foram incluídos os colaboradores diretamente vinculados a projetos na área de agroecologia e agricultura urbana no município de Maricá, Rio de Janeiro, bem como integrantes de equipes técnicas de projetos agroecológicos e de iniciativas públicas voltadas à agricultura urbana e à sustentabilidade local. Foram excluídos desse grupo os colaboradores que não possuíam acesso a informações sistematizadas sobre os projetos, como relatórios, dados operacionais ou indicadores; aqueles que não pudessem referenciar os dados fornecidos a fontes institucionais confiáveis; e ainda os colaboradores envolvidos em iniciativas intermunicipais ou interestaduais cujas ações não se restringissem ao território de Maricá.

No segundo grupo, composto por gestores e colaboradores de instâncias municipais, foram incluídos funcionários lotados em órgãos públicos do município de Maricá que financiam, coordenam ou monitoram projetos e iniciativas de fomento à agroecologia e agricultura urbana, incluindo secretários municipais, assessores e servidores técnicos vinculados às políticas de assistência social, economia solidária e agricultura. Foram excluídos os colaboradores que não possuíam relação direta com o acompanhamento ou execução de políticas públicas municipais nas áreas de agroecologia, agricultura urbana e segurança alimentar e nutricional, bem como aqueles que não tinham acesso a informações oficiais sobre o desenvolvimento e a gestão dos projetos institucionais.

O terceiro grupo foi composto por gestores, principalmente coordenadores dos CRAS municipais, que lidam com casos de insegurança alimentar e nutricional dos atendidos pelo equipamento, foram excluídos da amostra colaboradores que não tem relação direta com a gestão destes equipamentos.

O quarto grupo foi composto por membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Maricá RJ.

Esses critérios visaram assegurar a coerência metodológica do estudo e garantir que as informações coletadas refletissem de maneira fidedigna a realidade institucional e operacional das políticas públicas voltadas à agroecologia e à agricultura urbana em Maricá-RJ.

3.5 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada entre março e maio de 2025, utilizando três estratégias complementares, de modo a assegurar a triangulação metodológica e a robustez analítica do estudo. A primeira estratégia consistiu na aplicação de um questionário estruturado, contendo questões fechadas e abertas, elaborado para identificar o segmento de atuação dos participantes, suas percepções institucionais e os principais desafios operacionais relacionados à política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O instrumento foi aplicado digitalmente, garantindo o anonimato e o consentimento livre e esclarecido dos respondentes, conforme as normas éticas vigentes.

A segunda estratégia envolveu a realização de uma entrevista semiestruturada com a Subsecretária de Economia Solidária e Presidente da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) de Maricá. A entrevista teve por finalidade aprofundar a compreensão

sobre as estratégias intersetoriais de combate à insegurança alimentar e nutricional, o processo de implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) e os desafios enfrentados na estruturação do Banco de Alimentos do município, especialmente no que se refere à incorporação de práticas agroecológicas e ao fortalecimento de circuitos curtos de abastecimento.

A terceira estratégia consistiu em uma visita técnica ao Banco de Alimentos Laranjais, localizado em Nova Iguaçu (RJ), realizada em 07 de maio de 2025. Essa visita teve como objetivo observar o funcionamento, a infraestrutura e as práticas de gestão e articulação institucional de um equipamento reconhecido como referência nacional na Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. O registro sistemático da visita foi efetuado em diário de campo, seguindo as recomendações de Flick *et al.* (2021), o que permitiu subsidiar uma análise comparativa entre o modelo de Nova Iguaçu e o contexto do município de Maricá, e para coleta de informações técnicas e operacionais relevantes adotou-se os parâmetros do Manual de Operacionalização e Avaliação da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, ferramenta proposta pelo MDS (2025) através de diretrizes da Portaria n.º 192/2025 que estabelece os seguintes Indicadores de Avaliação.

Quadro 1. Critérios de Avaliação de Bancos de Alimentos RBBA (2025).

Dimensão	O que avalia:	Principais Indicadores
Operacional e Logística	A capacidade de movimentação do banco.	• Volume total captado vs. Volume distribuído (toneladas). • Índice de perdas internas (alimentos descartados após a triagem).
Qualidade e Segurança	A integridade dos alimentos e higiene.	• Percentual de alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados. • Conformidade com o Manual de Boas Práticas e normas sanitárias.
Impacto Social	O alcance da política pública.	• Número de entidades socioassistenciais cadastradas e ativas. • Número de indivíduos e famílias beneficiadas em situação de INSAN (Insegurança Alimentar).
Sustentabilidade	Práticas de economia circular.	• Número de parcerias com doadores (supermercados, feiras, indústrias). • Ações de educação alimentar e nutricional realizadas com o público.

Essas estratégias integradas possibilitaram captar distintas dimensões do funcionamento do equipamento, de acordo com a coleta de informações com colaboradores lotados no equipamento. Os aspectos institucionais, operacional, territorial (social) foram os principais pontos de investigação.

3.7 Tratamento e Análise dos Dados

Os dados quantitativos obtidos por meio dos questionários foram sistematizados em planilhas eletrônicas e analisados por estatística descritiva simples, com cálculo de frequências absolutas e relativas (%). Essa abordagem, conforme Dancey e Reidy (2021), é apropriada para descrever padrões de resposta e perfis de participantes em estudos sociais e aplicados. O processo compreendeu as etapas de pré-análise, categorização e inferência interpretativa, permitindo identificar padrões de significados associados à gestão pública da SAN, à participação social e à integração entre agroecologia e desenvolvimento local.

4 RESULTADOS

4.1. Mapeamento Institucional

O mapeamento das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município de Maricá revela uma estratégia pública baseada na multisetorialidade e na soberania de produção. Diferente de modelos tradicionais que focam apenas na assistência alimentar passiva, Maricá estruturou um ecossistema que integra o desenvolvimento tecnológico, a produção agroecológica e o combate ao desperdício por meio do beneficiamento de alimentos.

No Quadro 2 sistematiza-se o mapeamento dos projetos e equipamentos que compõem a rede municipal, evidenciando como cada iniciativa contribui para o fortalecimento da segurança alimentar local.

Quadro 2. Identificação e Categorização de projetos municipais.

Projeto	Descrição	Referência / Órgão
Unidades Agroecológicas	Projeto pioneiro em Agroecologia no Município de Maricá. Com foco em produção e repasses de alimentos para instituições socioassistenciais e capacitações pedagógicas.	Sec. de Agricultura
Horta em Casa	Iniciativa de assistência técnica e extensão rural para promover a agricultura urbana e periurbana de estímulo à autonomia produtiva de munícipes.	ICTIM
Fábrica de Desidratados Édio Muniz	A unidade processa o excedente da produção, realiza compras de agricultores locais através de editais públicos, e transforma os alimentos em produtos de maior vida útil (frutas desidratadas, polpas, minimamente processados). Os alimentos são repassados a instituições socioassistenciais do município	ICTIM
Restaurante Municipal Mauro Alemão	Atualmente é o principal equipamento promotor de SAN no município de maneira direta, oferecendo cerca de 750 refeições diariamente a preço popular.	Sec. de Economia Solidária e empresa privada
Inova Agroecologia	Pesquisa e desenvolvimento de sementes e manejo orgânico para aumentar a produtividade regional.	Codemar/ UFRRJ
Empório Ipiatti	Promove o circuito curto de comercialização de alimentos processados e beneficiados, os produtos carregam a identidade territorial de Maricá	ICTIM
Maricá + Verde	Distribuição de mudas frutíferas e nativas para incentivar pomares domésticos e segurança alimentar.	Sec. de Cidade Sustentável
Açougue Vegano	Trata-se da produção e comercialização de proteínas vegetais (feitas à base de grão-de-bico, soja, jaca e cogumelos) produzidas por cooperativas locais e de produtores urbanos e rurais.	ICTIM/ Sec. de Economia Solidária
Cozinha Criativa	Qualificação profissional na área de gastronomia com foco no aproveitamento integral dos alimentos.	Sec. de Agricultura

4.2. Questionário

4.2.1 Perfil Institucional e Segmentos de Atuação

Os dados indicam uma diversidade de segmentos institucionais envolvidos nas ações voltadas à segurança alimentar e nutricional e agroecologia no município de Maricá, incluindo órgãos públicos, projetos municipais e conselhos gestores. Observa-se predominância de respostas oriundas dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), seguidos de representantes de projetos municipais, secretarias/autarquias e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) (Quadro 3).

Quadro 3. Segmentos de atuação dos respondentes.

Segmento Institucional	N.º de respostas
CRAS - Centros de Referência de Assistência Social	6
Projetos Municipais	4
Secretarias Municipais / Autarquias	2
Gestores de Secretarias / Autarquias	2
COMSEA	2
Total de respostas	16

Essa composição evidencia a presença de múltiplos atores, de naturezas e níveis distintos de gestão, configurando uma rede institucional intersetorial em construção. A pluralidade institucional reflete uma articulação ainda em consolidação entre as políticas de assistência social e aquelas ligadas à agroecologia e à produção de alimentos, condição essencial para a construção de uma governança integrada da segurança alimentar e nutricional.

4.2.2 Caracterização dos Projetos Municipais

Os projetos analisados concentram-se majoritariamente nas áreas de Agroecologia/Agricultura Urbana (3 projetos) e Segurança Alimentar e Nutricional (1 projeto) (Quadro 4). O tempo médio de execução varia entre 4 e 5 anos, com início formal de alguns termos de colaboração em 2020. As atividades se distribuem em localidades estratégicas, como Espraiado, Ubatiba, regiões reconhecidas por seu potencial produtivo e pela presença de políticas públicas agrícolas. O uso de áreas públicas demonstra o caráter coletivo e social dos projetos, reforçando seu alinhamento com a política de soberania alimentar e de uso social da terra.

Quadro 4. Caracterização geral dos projetos.

Parâmetro	Principais informações
Grande área de atuação	Agroecologia / Agricultura Urbana (75%)
Tempo médio de execução	4–5 anos
Localização dos projetos	Espraiado, Ubatiba
Área manejada	2.400 m² a 5 ha
Natureza da área	100% pública

4.2.3 Integração Intersetorial e Parcerias

Dos projetos avaliados, 50% desenvolvem ações intersetoriais e metade mantém cooperação direta com os CRAS (Quadro 5). Essa cooperação é estratégica, pois permite articular o eixo produtivo (agroecologia) ao eixo de proteção social (segurança alimentar e nutricional). Essa articulação evidencia o papel crescente dos projetos agroecológicos como mecanismos de proteção social, indo além da produção agrícola e atuando como instrumentos de inclusão e equidade.

Quadro 5. Grau de integração intersetorial dos projetos.

Tipo de ação intersetorial	Nº de respostas	Percentual
Ações conjuntas com outros projetos	2	50%
Ações conjuntas com CRAS	2	50%
Participação em programas de SAN	4	100%

4.2.4 Produção, Destino e Beneficiários

Todos os projetos participantes produzem alimentos, com foco principal em hortaliças, frutas, grãos e cereais, e uma média de produção que varia entre 600 kg e 7,2 toneladas mensais, dependendo da escala e do tipo de cultivo (Quadro 6). O número de variedades já produzidas ultrapassa 120 espécies, o que revela diversificação produtiva e resgate da agrobiodiversidade local.

Quadro 6. Indicadores de produção e destinação.

Indicador	Valores observados
Quantidade média produzida	600 kg a 7.200 kg/mês
Nº de variedades produzidas	70 a 120
Destino principal	Instituições sociais, merenda escolar, capacitação e formação
Nº de beneficiários diretos	Até 1.890 pessoas/mês

O destino dos alimentos é voltado majoritariamente a instituições sociais, escolas e equipamentos públicos, em consonância com políticas de segurança alimentar e nutricional e combate ao desperdício. Os dados reforçam o papel dos projetos municipais como núcleos de abastecimento solidário, contribuindo diretamente para a mitigação da insegurança alimentar e nutricional.

4.2.5 Governança Alimentar e Banco de Alimentos Municipal

Em unanimidade, os projetos e unidades entrevistadas reconheceram a importância da criação de um Banco de Alimentos Municipal (Quadro 7), justificando a medida como estratégica para o escoamento da produção, gestão de excedentes e ampliação do alcance social. Essa demanda aparece de forma reiterada nas respostas de gestores, técnicos e conselheiros do COMSEA. Essa unanimidade sugere maturidade institucional e reconhecimento do Banco de Alimentos como política estruturante, e não apenas emergencial.

Quadro 7. Percepção sobre a criação de um Banco de Alimentos Municipal.

Posição dos respondentes	Justificativa principal
Sim (100%)	Facilita a distribuição e escoamento dos alimentos
—	Permite maior constância na produção e evita perdas
—	Fortalece a rede intersetorial de segurança alimentar e nutricional

4.2.6 Papel do COMSEA e da Gestão Pública

O COMSEA tem atuado de maneira crescente na formulação de políticas públicas locais, participando da 1ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e da criação da CAISAN Maricá, bem como da elaboração do PLANSAN Municipal. Os resultados apontam que o conselho tem acompanhado ações como a mudança do cardápio escolar e o incentivo à agricultura familiar e às feiras solidárias. Contudo, o envolvimento de gestores públicos e da sociedade civil ainda é descrito como esporádico e insuficiente, sugerindo desafios de mobilização social e de continuidade política.

4.2.7 Segurança Alimentar e Nutricional e o Papel dos CRAS

As unidades do CRAS relatam que casos de insegurança alimentar e nutricional são frequentes (83%) (Quadro 8) e que, embora muitas vezes não consigam resolver integralmente as situações, exercem papel fundamental na articulação da rede intersetorial e no acesso a benefícios eventuais, como cestas verdes e doações alimentares. Essa atuação coloca os CRAS como elos operacionais fundamentais entre as políticas de assistência social e de produção de alimentos.

Quadro 8. Percepções dos CRAS sobre insegurança alimentar e nutricional.

Questão	Tendência observada
Frequência de casos de insegurança alimentar e nutricional	Alta (5 em 6 unidades)
Capacidade de resolução direta	Parcial
Projetos parceiros vinculados	Cooperativa COOPERAR, hortas comunitárias, doações
Gênero e faixa etária atendida	Predominância feminina (18–64 anos)

4.2.8 Desafios e Perspectivas

A análise dos resultados permitiu identificar um conjunto de desafios estruturais e operacionais que limitam a consolidação de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) efetivamente integrada no município de Maricá-RJ. Entre os principais entraves destacam-se a insuficiência de ações intersetoriais coordenadas entre as secretarias e instâncias envolvidas; a baixa participação política e social nos processos decisórios sobre SAN; a ausência de um sistema unificado e permanente de distribuição de alimentos, representado pela estruturação incompleta do Banco de Alimentos; e a carência de capacitação técnica contínua das equipes que atuam tanto nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) quanto nos projetos produtivos agroecológicos. Esses fatores evidenciam a necessidade de aperfeiçoar a governança intersetorial e de fortalecer mecanismos de gestão participativa, de modo a

ampliar a eficácia das ações e garantir maior coerência entre as dimensões produtiva, social e ambiental das políticas públicas.

Apesar desses desafios, observou-se, nas respostas analisadas, uma clara expressão de vontade política e de compromisso institucional com o avanço das pautas de segurança alimentar e nutricional e agroecologia. Há uma consciência ampliada entre os atores locais quanto ao papel estratégico da agroecologia não apenas como alternativa produtiva sustentável, mas como política pública estruturante, capaz de promover o desenvolvimento territorial, reduzir vulnerabilidades socioeconômicas e assegurar o direito humano à alimentação adequada. Essa percepção, compartilhada entre gestores e colaboradores, reforça a importância de consolidar a agroecologia como eixo orientador das políticas municipais voltadas à soberania alimentar e ao fortalecimento da economia solidária.

4.3 Entrevista com a Subsecretária de Economia Solidária e Presidenta do CAISAN/COMSEA – Maricá

A entrevistada, presidente da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) de Maricá há três anos e subsecretária da Secretaria de Economia Solidária, relatou que o município enfrenta desafios relacionados à insegurança alimentar, agravados principalmente pelo expressivo crescimento populacional recente. Segundo ela, o aumento demográfico ocorreu de forma acelerada, com grande número de pessoas migrando de outros municípios, muitas delas em situação de vulnerabilidade social. Esse cenário dificulta a obtenção de diagnósticos precisos sobre a extensão da insegurança alimentar, uma vez que as pesquisas existentes não abrangem integralmente a população local.

Nesse contexto, a entrevistada destacou que a CAISAN, composta por dez secretarias e autarquias municipais, atua de forma articulada para mitigar os efeitos da insegurança alimentar. Entre as iniciativas mencionadas estão o Restaurante Popular, mantido exclusivamente pelo município, que oferece refeições completas a baixo custo, além das Praças Agroecológicas e da Fazenda Pública Joaquín Piñeiro, responsáveis pela produção e doação de alimentos. No âmbito institucional, o município já instituiu o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) e aderiu ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), além de realizar conferências municipais e organizar grupos de trabalho voltados à revisão do plano e à elaboração de materiais educativos sobre alimentação saudável.

Em relação às perspectivas de ampliação das políticas públicas, a entrevistada mencionou que o projeto de criação do Banco de Alimentos Municipal ainda se encontra em fase de planejamento, previsto no PLANSAN e vinculado à futura estrutura do Mercado Produtor. A expectativa é que sua gestão esteja associada à Secretaria de Agricultura e Pecuária, devido à proximidade com agricultores familiares e à capacidade de operacionalizar a coleta e distribuição de alimentos. Paralelamente, o município desenvolve ações voltadas à promoção da alimentação saudável, como propostas de educação nutricional no Restaurante Popular, iniciativas de hortas comunitárias em escolas e instituições sociais, e a elaboração de um projeto de lei para restringir a comercialização de alimentos ultraprocessados nas escolas municipais. Essas medidas buscam enfrentar tanto a insegurança alimentar quanto problemas emergentes relacionados à qualidade da alimentação, como o aumento da obesidade infantil.

4.4 Visita ao Banco de Alimentos Laranjais (Nova Iguaçu-RJ)

4.4.1 Relato em Caderno de Campo

No dia 7 de maio de 2025, foi realizada uma visita técnica ao Banco de Alimentos do município de Nova Iguaçu/RJ. O município, integrante da região metropolitana, configura-se como um dos mais populosos do estado. O Banco de Alimentos Laranjais foi reativado em 2018, após três anos de interrupção das atividades, tendo sido a primeira unidade do Estado do Rio de Janeiro a integrar a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Após esse período de inatividade, o banco passou por reestruturação e foi transferido para uma nova sede, localizada na Alameda Paul Buschle, no Jardim Iguaçu, a qual conta com infraestrutura composta por salas, câmara fria e setor de conferência, além de fortalecer a agricultura local e da região da Baixada Fluminense.

O equipamento recebe repasses do Governo Federal no valor de R\$ 2 milhões, por meio do Programa de Bancos de Alimentos, sendo os recursos utilizados para a aquisição de proteínas e outros gêneros prioritários, como ovos de galinha caipira. Como tais recursos não possuem periodicidade definida, o banco os direciona conforme as demandas prioritárias. Os demais alimentos são obtidos por meio de compras realizadas via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) também efetua doações regulares com recursos próprios. Os produtores que fornecem alimentos por meio do PAA são oriundos de diversas localidades do Estado do Rio, sendo que alguns deles são agroecológicos, embora ainda representem uma minoria.

O galpão dispõe de aproximadamente 200 caixas plásticas reutilizáveis, que passam por higienização semanal, assim como o próprio espaço de recepção. Quanto à disposição física, o banco de alimentos conta com: área de recepção; triagem, responsável pela conferência de pesagem e qualidade dos alimentos; câmara fria para acondicionamento de hortaliças e ovos; e salas destinadas a oficinas e palestras.

Vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, o equipamento fornece 400 cestas verdes por semana para uma instituição social parceira (PIPAS), que realiza acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade, com foco no atendimento a crianças. Atualmente, o banco atende 60 instituições cadastradas, com distribuições quinzenais realizadas às segundas e quartas-feiras. As salas existentes no local estão planejadas para futura utilização em palestras e oficinas.

De acordo com relato de um funcionário, o banco ainda enfrenta dificuldades para captar doações de redes privadas, especialmente de forma regular. Outra lacuna identificada refere-se à ausência de articulação com universidades, o que limitaria possibilidades de parcerias em áreas como pesquisa, extensão, estágios e programas de bolsas. Cabe ressaltar que as cestas básicas compostas por produtos não perecíveis são de responsabilidade direta das secretarias, sendo distribuídas por meio dos CRAS e CREAS, sem passar pelo Banco de Alimentos Laranjais, que tem como foco principal alimentos in natura.

Para o cadastro de novas instituições receptoras das cestas verdes, são exigidos critérios como: registro na Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente ou registro/indicação formal do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA).

4.4.2 Análise de Conformidade: Banco de Alimentos Laranjais vs. Manual de Avaliação RBBA (2025)

4.4.2.1 Dimensão Operacional e Logística

- **Capacidade de Armazenagem e Triagem:** O Banco demonstra boa conformidade operacional. O quantitativo aproximado de 200 caixas plásticas reutilizáveis com higienização semanal, atende aos critérios de sustentabilidade e controle de perdas previstos no Manual.
- **Gestão de Fluxos:** A logística de distribuição quinzenal e a separação de competências (Banco de alimentos para produtos *in natura* e Secretaria de Assistência Social para distribuição de produtos não perecíveis) além da infraestrutura completa (setor de conferência, pesagem e câmara fria).mostram uma organização de fluxo eficiente para evitar o perecimento de alimentos frescos.

4.4.2.2 Dimensão de Qualidade e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

- **Perfil dos Alimentos:** O Banco Laranjais foca em alimentos *in natura* e proteínas (ovos de galinha caipira), alinhando-se à diretriz de promover o acesso a alimentos saudáveis e diversificados.
- **Origem dos Alimentos:** A utilização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a parceria com a CONAB reforçam o indicador de fortalecimento da agricultura local e regional (Baixada Fluminense), embora a compra de agricultores de base agroecológica ainda seja uma meta a ser expandida.

4.4.2.3 Dimensão de Impacto Social e Redes de Atendimento

- **Capilaridade:** Com 60 instituições cadastradas e o fornecimento de 400 cestas verdes semanais via projeto PIPAS, o equipamento apresenta um indicador de impacto social expressivo, especialmente no recorte de vulnerabilidade infantil.
- **Crítérios de Seleção:** O uso de critérios institucionais rígidos para cadastro (via COMSEA e Secretaria da Criança) garante a transparência e fiscalização da política pública, conforme exigido pela RBBA.

4.4.2.4 Dimensão de Sustentabilidade e Parcerias (Economia Circular)

- **Gargalos Identificados:** Sob a ótica do Manual de 2025, o Banco apresenta baixa pontuação no indicador de parcerias privadas regulares e na articulação com o setor acadêmico (Universidades). Segundo as diretrizes de economia circular da RBBA, a

ausência dessas conexões limita o potencial de pesquisa, extensão e diversificação de fontes de captação.

4.4.3 Tabela Avaliativa

Quadro 9. Avaliação Banco Laranjais (Nova Iguaçu - RJ).

Indicador (Manual RBBA 2025)	Observações Técnicas	Status de Avaliação
Infraestrutura de Triagem	Salas, setor de conferência e câmara fria ativa.	Conforme
Sustentabilidade Logística	200 caixas reutilizáveis e higienização semanal.	Conforme
Fomento à Agricultura Familiar	Compra via PAA e apoio CONAB; fortalecimento regional (Baixada Fluminense).	Conforme
Articulação Institucional	60 instituições parceiras e validação via COMSEA.	Conforme
Intersetorialidade Acadêmica	Ausência de parcerias com Universidades.	Aperfeiçoamento Necessário
Captação de Doações Privadas	Dificuldade em manter regularidade de parceria com a rede privada.	Aperfeiçoamento Necessário



Figura 2. Área de recepção dos alimentos do Banco de Alimentos (Nova Iguaçu-RJ).



Figura 3. Padrão das cestas que são montadas e distribuídas no Banco de Alimentos Laranjais (Nova Iguaçu-RJ).



Figura 4. Câmara fria do Banco de Alimentos Laranjais (Nova Iguaçu-RJ).

5 DISCUSSÃO

Os resultados obtidos na pesquisa de campo (questionário) revelam um panorama expressivo da atuação profissional no município de Maricá, com destaque para a presença majoritária de servidores vinculados aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e, em proporção complementar, de participantes inseridos em Projetos Municipais. Essa configuração reflete a coexistência entre políticas públicas consolidadas e iniciativas inovadoras, em consonância com estudos que enfatizam a necessidade de articulação entre estruturas institucionais permanentes e experiências comunitárias de base agroecológica (Calbino *et al.*, 2018; Grisa; Porto, 2023). Arranjos mistos que unem administração pública e experimentação local são reconhecidos como fundamentais para estruturar sistemas alimentares resilientes, pautados na cooperação entre atores e na valorização de circuitos curtos de abastecimento (Diekmann; Gray; Thai, 2020; Martinez *et al.*, 2022; Silva; Souza, 2023).

A predominância de profissionais do CRAS (60%) evidencia o papel central dessas unidades na mediação entre produção e consumo, atuando como elos operacionais entre políticas de assistência social e de segurança alimentar e nutricional, o que confirma a interdependência entre SAN, proteção social e agroecologia (Burigo; Porto, 2019; Silva *et al.*, 2021). Os 40% de respondentes provenientes de Projetos Municipais representam o campo da inovação e da experimentação institucional, espaço apontado por Becker e Ximenes (2023) como determinante para a consolidação de arranjos agroecológicos urbanos e políticas de transição sustentável. Essa complementaridade entre estruturas formais e ações locais contribui para o fortalecimento da governança alimentar e amplia a capacidade do município em integrar ações produtivas, distributivas e educativas, em consonância com os pilares da SAN: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade (Diekmann; Gray; Thai, 2020; Silva; Simões, 2023).

A articulação observada entre CRAS, COMSEA, CAISAN e projetos produtivos reflete um arranjo de governança intersetorial em formação, aspecto identificado por Pozzebon *et al.* (2017) e Santos *et al.* (2024) como essencial à eficácia das políticas de segurança alimentar e nutricional. Esse modelo de governança policêntrica favorece a partilha de decisões entre órgãos públicos, redes locais e organizações da sociedade civil, promovendo controle social e eficiência na aplicação de recursos. Georges *et al.* (2025) e Ghinoi *et al.* (2018) destacam que a governança em redes de abastecimento constitui fator determinante para a resiliência dos sistemas alimentares locais e o êxito das políticas de SAN.

A presença de projetos agroecológicos com uso de áreas públicas e destinação social dos alimentos coaduna-se com as análises de Cunha e Cardoso (2022) e Leão *et al.* (2022), que identificam a agricultura urbana como instrumento de inclusão social, geração de renda e fortalecimento da economia solidária. Esses projetos materializam a integração dos princípios da agroecologia com os objetivos da SAN, aproximando produtores e consumidores, reduzindo perdas e otimizando o uso dos alimentos, conforme defendem Martinez *et al.* (2022) e Pu *et al.* (2022). Em Maricá, a produção diversificada e o destino institucional das colheitas para escolas, equipamentos públicos e ações sociais reforçam a função da agroecologia como política pública de abastecimento e combate à insegurança alimentar (Santos; Machado, 2019; Savian; Boff; Boff, 2021).

A unanimidade quanto à criação de um Banco de Alimentos Municipal confirma a importância dessa estrutura como instrumento de logística solidária. Albuquerque e Lima (2023) e Belik (2015) reconhecem os bancos de alimentos como componentes estruturantes da SAN e mediadores entre produção local e redistribuição equitativa. Georges *et al.* (2025) demonstram que esses equipamentos funcionam como pontos de conexão entre excedentes

produtivos e demandas alimentares de populações vulneráveis, configurando-se como nós estratégicos nas redes locais de abastecimento. O êxito desses bancos depende de arranjos institucionais robustos e de uma governança integrada, articulando setores públicos, comunitários e privados (Ghinoi; Wesz Junior; Piras, 2018; Sencébé; Pinton; Cazella, 2020). Assim, a proposta de criação do Banco de Alimentos em Maricá encontra respaldo empírico e teórico, situando-se como política estruturante no contexto da SAN local.

Conforme verificado na entrevista com a gestão da CAISAN Maricá, a implementação do Banco de Alimentos municipal é compreendida como uma etapa subsequente à estruturação do Mercado do Produtor. Enquanto em Nova Iguaçu o desafio reside na regularidade das doações privadas, em Maricá o desafio primordial é a transição do projeto do plano (PLANSAN) para a execução física, evidenciando que a maturidade dos sistemas de segurança alimentar nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é heterogênea e dependente de cronogramas de infraestrutura local.

A gestão participativa, expressa na atuação do COMSEA e da CAISAN, enquadra-se no conceito de “governança de proximidade” de Grisa e Porto (2023), no qual o controle social e o diálogo entre Estado e sociedade são fundamentais à efetividade das políticas alimentares. Essa abordagem é coerente com estudos sobre redes alimentares sustentáveis, que reconhecem o capital social, a confiança e a cooperação como determinantes da resiliência dos sistemas locais (Adefila *et al.*, 2024; Birtalan *et al.*, 2020). Contudo, a consolidação dessa governança depende da superação de desafios ligados à continuidade política, institucionalização dos mecanismos participativos e qualificação técnica das equipes (2020). Quando comparado à análise do Banco de Alimentos Laranjais sob as métricas do Manual de Operacionalização e Avaliação da RBBA (BRASIL, 2025), verifica-se um equipamento com robusta estrutura logística e forte alinhamento ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Contudo, a aplicação dos indicadores de sustentabilidade revela que, embora o banco cumpra com excelência o papel de distribuição e segurança sanitária, ainda é frequente o enfrentamento de desafios estruturais na integração com a iniciativa privada e com o ambiente acadêmico. Tais lacunas, identificadas no relato de experiência da visita técnica, sinalizam oportunidades para a implementação de estratégias de economia circular e extensão universitária, fundamentais para a resiliência de tais equipamentos a longo prazo. Esta experiência é fundamental para correção de futuros gargalos quando na implementação da política pública no município de Maricá

Os desafios relatados, como a insuficiência de ações intersetoriais coordenadas, baixa participação social, ausência de um sistema unificado de distribuição e carência de capacitação técnica contínua, são compatíveis com lacunas identificadas por Ronconi *et al.* (2021) e Becker e Ximenes (2023). Tais limitações comprometem a estabilidade e a eficiência das ações, sobretudo em contextos com dependência de recursos externos e restrições políticas. A superação dessas barreiras requer a institucionalização da SAN como política de Estado, integrando abastecimento, agricultura familiar, educação alimentar e redistribuição solidária (Diekmann; Gray; Thai, 2020; Silva; Souza, 2023; Verano; Medina; Silva Neto, 2023).

A governança, os arranjos colaborativos e a participação social configuram dimensões analíticas centrais para compreender os processos de implementação de um banco de alimentos. A articulação e cooperação entre poder público, setor produtivo, agricultores, sociedade civil e entidades assistenciais definem regras, espaços decisórios e mecanismos de prestação de contas que estruturam a ação coletiva (Buttenbender *et al.*, 2022; Castro Júnior *et al.*, 2024; Pinheiro *et al.*, 2021). Estruturas formais e informais de governança devem favorecer não apenas a alocação eficiente de recursos, mas também a legitimidade social das ações, aspecto ilustrado por experiências intersetoriais no Ceará com a criação de espaços de coordenação e comitês de condução (Castro Júnior *et al.*, 2024; Pinheiro *et al.*, 2021).

A exploração de modelos de parceria com o terceiro setor demonstra como pactos, contratos e alianças estratégicas podem sustentar a implementação de redes locais

(Albuquerque; Lima, 2023; Buttenbender *et al.*, 2022), ampliando a capacidade institucional de resposta às demandas de segurança alimentar (Rocha *et al.*, 2025). O alinhamento entre objetivos públicos, interesses locais e práticas de cooperação garante transparência, responsabilidade e aprendizado organizacional (Leite *et al.*, 2021; Silva; Souza, 2023). Essa articulação torna-se essencial em redes alimentares que operam em territórios com múltiplos atores e necessidades distintas, exigindo modos de governança flexíveis e adaptáveis (Albuquerque; Lima, 2023; Castro Júnior *et al.*, 2024).

A governança de redes alimentares locais envolve a articulação entre poder público, agricultores, sociedade civil e entidades assistenciais em espaços capazes de reduzir assimetrias de poder e promover decisões compartilhadas. A experiência do Grupo Condutor da Política Estadual de Promoção da Saúde do Ceará ilustra como a intersetorialidade pode viabilizar coordenação entre setores, mesmo diante de restrições orçamentárias (Castro Júnior *et al.*, 2024). Iniciativas locais mostram que a construção de redes depende tanto de acordos formais quanto de redes informais baseadas em confiança e objetivos comuns (Albuquerque; Lima, 2023; Buttenbender *et al.*, 2022). A colaboração com o terceiro setor destaca-se como elemento essencial para ampliar capacidades técnicas, mobilizar recursos e expandir a cobertura de serviços, reforçando a necessidade de alianças estratégicas orientadas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 17 (Buttenbender *et al.*, 2022; Pinheiro *et al.*, 2021). A consolidação dessa governança depende de espaços de decisão compartilhados, mecanismos de prestação de contas e de uma lógica de cooperação que reconheça a autonomia dos atores, sustentando o objetivo comum de segurança alimentar (Albuquerque; Lima, 2023; Castro Júnior *et al.*, 2024; Leite *et al.*, 2021).

Por fim, a vontade política e a consciência sobre o papel estratégico da agroecologia configuram um cenário favorável à consolidação de políticas públicas sustentáveis e integradas. A percepção de que a agroecologia deve ser compreendida como política de Estado converge com abordagens que a reconhecem como matriz científica e sociopolítica capaz de promover desenvolvimento sustentável e equidade alimentar (Grisa; Porto, 2023; Savian; Boff; Boff, 2021). Os resultados apontam que as políticas de segurança alimentar e nutricional e agroecologia em Maricá alinham-se às tendências nacionais de municipalização e territorialização da SAN, delineando caminhos concretos para o fortalecimento da resiliência alimentar e da justiça social no contexto local.

6 CONCLUSÕES

A análise do processo de articulação para um Banco de Alimentos de Maricá permitiu compreender que a agroecologia constitui um eixo estruturante e promissor para o fortalecimento de um modelo territorial de desenvolvimento local, especialmente quando associada a políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN) orientadas pela intersetorialidade, pela economia solidária e pela participação social. A partir da investigação institucional, das entrevistas e da visita técnica comparativa, constatou-se que o município reúne condições políticas e operacionais favoráveis à consolidação de um sistema alimentar territorializado, capaz de integrar produção local, gestão pública e inclusão social.

Os resultados do questionário evidenciaram que, embora exista vontade política expressa e um crescente reconhecimento do papel estratégico da agroecologia, ainda persistem desafios significativos. A ausência de um sistema unificado de distribuição e de um banco de alimentos estruturado com base em princípios agroecológicos limita o alcance das ações de combate à fome e dificulta a operacionalização de circuitos curtos de abastecimento. Além disso, a carência de capacitação técnica continuada nas equipes dos CRAS e dos projetos produtivos compromete a efetividade das ações de assistência e de articulação entre os setores.

O fortalecimento de ações para o desenvolvimento de um Banco de Alimentos para o município de Maricá, requer a institucionalização de uma governança integrada e participativa, a criação de instrumentos normativos que assegurem a compra pública de alimentos agroecológicos locais, ou ainda o compromisso de adesão de repasses da produção dos projetos locais e o estabelecimento de parcerias permanentes entre agricultores familiares, equipamentos públicos e redes comunitárias. Tais medidas podem transformar um futuro Banco de Alimentos em um eixo estruturante de uma política alimentar territorializada, pautada no direito humano à alimentação adequada e na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Como perspectivas futuras, recomenda-se a ampliação dos mecanismos de formação técnica continuada das equipes intersetoriais, o desenvolvimento de projetos demonstrativos de agricultura urbana e periurbana, e a implantação de um sistema municipal de monitoramento e avaliação da SAN. Ademais, a criação de um observatório local de agroecologia e alimentação pode contribuir para a produção de conhecimento aplicado, subsidiando políticas inovadoras e sustentáveis. Assim, Maricá poderá consolidar-se como referência nacional em gestão alimentar solidária, articulando produção, consumo e cidadania sob o enfoque agroecológico.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADEFILA, A. O.; AJAYI, O. O.; TOROMADE, A. S.; SAM-BULYA, N. J. Bridging the Gap: A Sociological Review of Agricultural Development Strategies for Food Security and Nutrition. **International Journal of Applied Research in Social Sciences**, v. 6, n. 11, p. 2678–2696, 2024. Disponível em: <https://fepbl.com/index.php/ijarss/article/view/1695>. Acesso em: 26 out. 2025.
- ALBUQUERQUE, P. C. D.; LIMA, F. A. X. Políticas públicas de sustentabilidade em Fortaleza, CE. **Interações (Campo Grande)**, 2023. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/3318>. Acesso em: 26 out. 2025.
- ALVES-PINTO, H. N.; NEWTON, P.; PINTO, L. F. G. Reducing Deforestation and Enhancing Sustainability in Commodity Supply Chains: Interactions between Governance Interventions and Cattle Certification in Brazil. **Tropical Conservation Science**, v. 8, n. 4, p. 1053–1079, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/194008291500800414>. Acesso em: 26 out. 2025.
- BARBOZA, R. D. M.; ROITMAN, F. B.; PEIXOTO, S.; AMBRÓZIO, A. M. H. P. Como medir impacto? A ferramenta de scoring de impacto (SI_m) do BNDES e o futuro dos bancos de desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 18, n. 35, p. 301–336, 2023. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/686>. Acesso em: 26 out. 2025.
- BECKER, C.; XIMENES, R. P. Políticas públicas de fortalecimento à Agroecologia como dispositivo de conexões entre campo e cidade: uma análise a partir do estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 18, n. 6, p. 804–824, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/51592>. Acesso em: 26 out. 2025.
- BELIK, W. A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 19, n. 2, p. 94, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634614>. Acesso em: 26 out. 2025.
- BEZERRA, E. T.; DAMACENA, R.; JACOBINA FONSECA VIEIRA, A.; AMÉLIA CATOSSI GRACIANO, M.; NASS ROSALÉM, S. Metodologias ativas mediadas por tecnologias digitais: impactos e desafios pedagógicos na docência. **Interference: A Journal of Audio Culture**, v. 11, n. 2, p. 4683–4702, 2025. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/332>. Acesso em: 26 out. 2025.
- BIONDO, E.; ZANETTI, C.; MAIRESSE, L.; KOLCHINSKI, E. M.; TRAMONTINI, C. R. D. O.; MULLER, A. M.; BONJORNIO, I. I.; DANIELE, G.; MIRANDA, L. V. D. O.; VALER, H. A. B.; BULHÕES, F. M.; SANT’ANNA, V. Núcleo de estudos em agroecologia no território rural Vale do Taquari (NEA VT): articulando redes e criando sinergias para a segurança alimentar e nutricional. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 18, n. 6, p. 760–784, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/51590>. Acesso em: 26 out. 2025.

BIRTALAN, I. L.; NEULINGER, Á.; RÁCZ, J.; BÁRDOS, G. Community supported agriculture membership: The benefits of spousal involvement. **International Journal of Consumer Studies**, v. 44, n. 2, p. 172–180, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ijcs.12555>. Acesso em: 26 out. 2025.

BRASIL, M. da S.-S. de A. à. **Guia alimentar para população brasileira**. 2. ed. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2014. (Articulação Interfederativa).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016**. Ética na Pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais. Brasília-DF., 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Brasil. **Guia operacional e de Gestão para Banco de Alimentos**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2020. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/guia_banco_alimentos_16-10%20\(1\).pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/guia_banco_alimentos_16-10%20(1).pdf). Acesso em: 26 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (RBBA)**. Brasília, DF: MDS, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/rede-brasileira-de-bancos-de-alimentos>. Acesso em: 01 dez. 2025.

BURIGO, A. C.; PORTO, M. F. D. S. Trajetórias e aproximações entre a saúde coletiva e a agroecologia. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe8, p. 248–262, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019001300248&tlng=pt. Acesso em: 26 out. 2025.

BURLANDY, L.; ROCHA, C.; MALUF, R.; ÁVILA, M.; FERREIRA, D.; PEREIRA, S. International cooperation for food and nutrition security: systematization of participatory, contextualized and intersectoral educational practices. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 29, n. 6, p. 929–946, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-98652016000600015>.

BUTTENBENDER, P. L.; RIBEIRO, L. C.; ALLEBRANDT, S. L.; MUELLER, A. A.; BRIZOLLA, M. M. B. Políticas públicas, terceiro setor e suas contribuições sociais e econômicas na execução de projetos. **Redes**, v. 27, 2022. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/17172>. Acesso em: 26 out. 2025.

CALBINO, D.; BORGES, I.; ANDRADE, L.; ABREU, C.; GONÇALVES, F. Avanços e desafios das hortas comunitárias urbanas de base agroecológica: uma análise do município de Sete Lagoas. **COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 2, p. 59–80, 2018. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/718>. Acesso em: 26 out. 2025.

CASTRO JÚNIOR, A. R. D.; MARTINS, M. I. S.; GOMES, T. F.; SILVA, S. D. S. E.; OLIVEIRA, R. F. D.; LOBO, P. G.; MOREIRA, F. J. F. Experiência intersectorial na facilitação do Grupo Condutor da Política Estadual de Promoção da Saúde do Ceará. **Revista**

de Educação Popular, v. 22, n. 3, p. 283–301, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/69973>. Acesso em: 26 out. 2025.

Combate à Fome. **Guia Técnico de Monitoramento e Avaliação da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), 2025. Acesso em: 26 out. 2025.

COSTA, L.; VENDRAMETTO, O.; PEREIRA, G.; ZENKE, A.; NASCIMENTO, S. Food insecurity, comorbidities and intersectorality in food banks: a multiple case study. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 18, n. 12, e10231, 2024. DOI: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n12-040>.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. 6. ed. Los Angeles: SAGE Publications, Inc, 2023.

CUNHA, M. A. D.; CARDOSO, R. D. C. V. Hortas urbanas na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e desenvolvimento sustentável em Salvador, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, p. e00943, 2022. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2022000100345&tlng=pt. Acesso em: 26 out. 2025.

CURAN, R. M.; MARQUES, P. E. M. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, p. 209–224, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142021000100209&tlng=pt. Acesso em: 26 out. 2025.

DANCEY, C.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia**. 3. ed. São Paulo - SP: Penso, 2021.

DIEKMANN, L. O.; GRAY, L. C.; THAI, C. L. More Than Food: The Social Benefits of Localized Urban Food Systems. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 4, p. 534219, 2020. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/article/10.3389/fsufs.2020.534219/full>. Acesso em: 26 out. 2025.

DUARTE, A. L. D. C. M.; RODRIGUES, V. P.; ALVES, R. C. F.; OLIVEIRA, G. M. D. Acesso a alimentos frescos em áreas urbanas vulneráveis: um estudo classificatório das favelas e dos estabelecimentos formais de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, v. 58, n. 1, p. e2023-0056, 2024. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122024000100305&tlng=pt. Acesso em: 26 out. 2025.

FAGUNDES, A.; RIBEIRO, R.; BRITO, E.; RECINE, E.; ROCHA, C. Public infrastructure for food and nutrition security in Brazil: fulfilling the constitutional commitment to the human right to adequate food. **Food Security**, v. 14, n. 4, p. 897–905, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12571-022-01272-1>.

FAO, I. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum**. Rome, Italy: FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2023. (The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI), v. 2023). Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cc3017en>. Acesso em: 26 out. 2025.

FARIAS, E. Participación ciudadana en los programas de vivienda en Venezuela (segunda parte). **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, v. 30, n. 2, p. 35–51, 2024. Disponível em: http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_ac/article/view/30017. Acesso em: 27 out. 2025.

FERREIRA, R. J.; CASTILHO, C. J. M. de. Agricultura urbana e gestão territorial em Recife/PE/Brasil: qual o lugar da agricultura urbana no planejamento da cidade?. **Ateliê Geográfico**, v. 10, n. 2, p. 65–81, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/35747>. Acesso em: 26 out. 2025.

FIGUEIREDO, G. L. A.; MARTINS, C. H. G.; DAMASCENO, J. L.; CASTRO, G. G. de; MAINEGRA, A. B.; AKERMAN, M. Direito à cidade, direito à saúde: quais interconexões?. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, p. 3821–3830, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/dxVwzcmZJgYmRh93mTQ93fm/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2025.

FLICK, U.; COSTA, J. E.; CAREGNATO, S. E. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. São Paulo - SP: Penso, 2021.

GEORGES, C. M.; GRASHUIS, J.; CALEMAN, S. M. D. Q.; MONTEIRO, G. F. D. A. Communication, principal–agent alignment and performance: Evidence from Brazilian agricultural co-operatives. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 96, n. 2, p. 341–361, 2025. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/apce.12506>. Acesso em: 26 out. 2025.

GEORGIN, J.; BOURSCHIED, J. L. W.; TOEBE, C. S.; TOEBE, J.; PINZON, J.; DO NASCIMENTO, S. G. R. Uma revisão abordando como o ensino da agroecologia pode melhorar a segurança alimentar e nutricional. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, v. 17, n. 1, p. 8967–8984, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/4950>. Acesso em: 26 out. 2025.

GHINOI, S.; WESZ JUNIOR, V. J.; PIRAS, S. Political debates and agricultural policies: Discourse coalitions behind the creation of Brazil’s Pronaf. **Land Use Policy**, v. 76, p. 68–80, 2018. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0264837718301546>. Acesso em: 26 out. 2025.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo, SP: GEN Atlas, 2022.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 3, p. e259390, 2023. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032023000300205&tlng=pt. Acesso em: 26 out. 2025.

HENNEN, W.; DIOGO, V.; POLMAN, N.; DIJKSHOORN-DEKKER, M. Comparing cities of the world according to their food security risks and opportunities. **2018**. DOI: <https://doi.org/10.2495/sdp180801>.

IBGE. **Censo 2022: 87% da população brasileira vive em áreas urbanas | Agência de Notícias**. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012->

agencia-de-noticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas-urbanas. Acesso em: 26 out. 2025.

IBGE. **IBGE | Cidades | Rio de Janeiro | Maricá | Panorama**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>. Acesso em: 26 out. 2025.

INSTITUTO MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO E PESQUISA DARCY RIBEIRO (org.). **Estudos Maricaenses: O município de Maricá em debate**. Maricá, RJ: Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro - IDR, 2020.

JANNUZZI, P. D. M. Indicadores para avaliação sistêmica de programas sociais: o caso Pronatec. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 27, n. 66, p. 624, 2016. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/4168>. Acesso em: 26 out. 2025.

LAMARCA, E. V.; RODRIGUES, D. S.; BARBEDO, C. J.; OLIVEIRA JÚNIOR, C. J. F. D. A importância dos saberes etnobotânicos para a construção de agroecossistemas sustentáveis: o exemplo do cambuci (*Campomanesia phaea*). **DELOS: Desarrollo Local Sostenible**, v. 17, n. 56, p. e1496, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/1496>. Acesso em: 26 out. 2025.

LEÃO, A. C. D. S.; PELEGRINO, T. S.; CÓCARO, H. A rede mãos à horta: promovendo geração de renda e segurança alimentar em tempos de pandemia de Covid-19. **HOLOS**, v. 4, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/12397>. Acesso em: 26 out. 2025.

LEITE, S. N.; BERMUDEZ, J. A. Z.; MELECCHI, D.; VEIGA, A. R. D.; OLIVEIRA, A. L. B.; SOUSA, A. C. M. D.; CHAVES, C. M. G.; MANZINI, F.; DUTRA, L. S.; CHAVES, L. A.; PEREIRA, M. A.; LIMA, M. E. O.; TONIOLO, M. L.; SANTOS, R. F. D.; DANTAS, S.; COSTA, J. C. S. D. Projeto Integra: fortalecimento da participação social na agenda das políticas, serviços e tecnologias em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 11, p. 5589–5598, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232021001105589&tlng=pt. Acesso em: 26 out. 2025.

LUCENA, L. P. D.; MASSUIA, F. M. O papel da moderna agricultura urbana de Singapura na política de segurança alimentar e na contribuição da redução de emissão de CO₂ na atmosfera. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, p. e20190272, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692021000100234&tlng=pt. Acesso em: 26 out. 2025.

MAAS, L.; MALVESTITI, R.; GONTIJO, L. A. O reflexo da ausência de políticas de incentivo à agricultura urbana orgânica: um estudo de caso em duas cidades no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p. e00134319, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000805003&tlng=pt. Acesso em: 26 out. 2025.

MAGALHÃES-TIMOTIO, J. G.; EÇA, J. P. A.; DOS SANTOS JÚNIOR, I. M. Avaliação de desempenho no terceiro setor: um estudo de caso da ONG CPCD. **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, v. 4, n. 2, p. 412, 2018. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/view/8331>. Acesso em: 26 out. 2025.

MARTINEZ, C. L.; ROSERO, D.; THOMAS, T.; SOTO MAS, F. Community Supported Agriculture, Human Capital, and Community Health. **Health Promotion Practice**, v. 23, n. 3, p. 407–415, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/15248399211070546>. Acesso em: 26 out. 2025.

MARTINS, M. G. R. D. S.; MALPASS, G. R. P.; MALPASS, A. C. G. Sustentabilidade e inclusão social: a problemática do descarte de equipamentos eletrônicos. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 23, n. 7, p. e10634, 2025. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/10634>. Acesso em: 27 out. 2025.

MATA, M. M. D.; SANUDO, A.; MEDEIROS, M. A. T. D. Insegurança alimentar e insegurança hídrica domiciliar: um estudo de base populacional em um município da bacia hidrográfica do Rio Amazonas, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 4, p. e00125423, 2024. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2024000401405&tlng=pt. Acesso em: 26 out. 2025.

MEDEIROS, P. J. H. D.; AÑEZ, M. E. M. Educação fiscal e o reequilíbrio da sociedade. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 14, n. 5, p. e2260, 2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/2260>. Acesso em: 27 out. 2025.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo : Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

MOTTA, C. W. F.; GARROSSINI, D. F. Design participativo e governança digital: um framework para avaliação da participação cidadã digital em cidades inteligentes. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 23, n. 7, p. e10862, 2025. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/10862>. Acesso em: 26 out. 2025.

MOTTA, D. G. D.; BOOG, M. C. F. Valorização da alimentação saudável na visão dos estudantes: contribuição na avaliação do projeto “Criança Saudável - Educação Dez”. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 87–109, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634786>. Acesso em: 26 out. 2025.

NASCIMENTO, A. P. P.; DA SILVA, G.; DE SOUZA FERREIRA, A. Economia solidária como instrumento de transformação social para as vítimas das chuvas na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 26, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/83859>. Acesso em: 27 out. 2025.

OLIVEIRA, J.; TENUTA, N.; GABRIEL, C.; VASCONCELOS, F. Food and nutritional safety facilities and nutritionists’ actions: elements for reflection. **Revista de Nutrição**, v. 38, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202538e240130en>.

PENSSAN, R. B. de P. em S. e S. A. **Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar No Contexto Da Pandemia Da Covid -19 No Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Friedrich Ebert, 2021. (Análise).

PENSSAN, R. B. de P. em S. e S. A.-. **II VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, 2022. (Análise).

PINHEIRO, D. C.; CHAYM, C. D.; FERREIRA, V. H. F. D. A.; MORAIS, M. A.; RODRIGUES, R. C. Alianças estratégicas e o Terceiro Setor: uma análise sob a ótica do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e48810313581, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13581>. Acesso em: 26 out. 2025.

POZZEBON, L.; RAMBO, A. G.; GAZOLLA, M. As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, p. 405, 2017. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6057>. Acesso em: 26 out. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ-RJ. Moeda Social Mumbuca. *In*: PREFEITURA DE MARICÁ. 2021a. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/programa/moeda-social-mumbuca/>. Acesso em: 26 out. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ-RJ. **Plano Municipal de Assistência Social de Maricá-RJ (2022-2025)**. Maricá-RJ: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2021b. Disponível em: <https://marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/PMAS-2022-2025.pdf>. Acesso em: 26 out. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ-RJ. Relatório final do projeto Diálogos União Europeia-Brasil é apresentado no Rio. *In*: PREFEITURA DE MARICÁ. 26 set. 2023. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/relatorio-final-do-projeto-dialogos-uniao-europeia-brasil-e-apresentado-no-rio/>. Acesso em: 27 out. 2025.

PU, X.; XU, Y.; FU, Y. Integrated Scheduling of Picking and Distribution of Fresh Agricultural Products for Community Supported Agriculture Mode. **Symmetry**, v. 14, n. 12, p. 2530, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2073-8994/14/12/2530>. Acesso em: 26 out. 2025.

PURCELL, M.; TYMAN, S. K. Cultivating food as a right to the city. **Local Environment**, v. 20, n. 10, p. 1132–1147, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13549839.2014.903236>. Acesso em: 26 out. 2025.

ROCHA, S. A. S.; PEREIRA, V. V.; VELEZ, W. M.; FERRARI, T. C.; CAMPOS, C. G. D. S.; PASSARINHO FILHO, W. A.; LIMA NETO, A. M.; NASCIMENTO, T. C. D.; CRACO, T.; PINHEIRO, M. D. S. S.; CERQUEIRA, H. D. G.; GOMES, M. O. Gestão Socioambiental como Estratégia de Mitigação e Prevenção dos Impactos Ambientais na Agenda ESG. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 16, n. 9, p. e5256, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/5256>. Acesso em: 26 out. 2025.

RODRIGUES, P. P.; SUGAHARA, C. R.; BRANCHI, B. A.; FERREIRA, D. H. L. Teoria da mudança e metodologias de avaliação de projetos sociais nas organizações. **Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação**, v. 6, n. 1, p. 55–74, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/reni/article/view/332>. Acesso em: 26 out. 2025.

RONCONI, L. F. D. A.; BITTENCOURT, B. D. L.; LOPES, G. B. D. B. Inovação social no contexto da agricultura urbana em Florianópolis: o caso do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 12, n. 6, p. 635–650, 2021. Disponível em: <http://www.sustenere.co/index.php/rica/article/view/5748>. Acesso em: 26 out. 2025.

SABIO, R.; LEHOUX, P.; RASTOIN, J. Characterizing food systems to better understand their vulnerabilities: a case study in Québec and São Paulo. **Renewable Agriculture and Food Systems**, v. 38, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1017/s1742170523000170>.

SAMOGGIA, A.; PERAZZOLO, C.; KOCSIS, P.; DEL PRETE, M. Community Supported Agriculture Farmers' Perceptions of Management Benefits and Drawbacks. **Sustainability**, v. 11, n. 12, p. 3262, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/12/3262>. Acesso em: 26 out. 2025.

SANTINI, R. M.; CARVALHO, H. Plataformas online de participação cidadã: meta-síntese e avaliação crítica de seus impactos sociais e políticos. **Comunicação e Sociedade**, v. 36, p. 163–182, 2019. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/article/view/2350>. Acesso em: 26 out. 2025.

SANTOS, H. M. D.; SILVA, S. P.; BATISTA, A. O. M.; CHAVES SANTANA, A. B. Agricultura urbana e periurbana como abordagem integrada sustentável para a segurança alimentar e nutricional: um estudo de caso. **Nutrivisa - Revista de Nutrição e Vigilância em Saúde**, v. 11, n. 1, p. e12973, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/nutrivisa/article/view/12973>. Acesso em: 26 out. 2025.

SANTOS, M. D.; MACHADO, M. C. M. Agricultura Urbana e Periurbana. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 27, p. e020010, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8650689>. Acesso em: 26 out. 2025.

SAVIAN, M.; BOFF, P.; BOFF, M. I. C. Pode a agricultura urbana contribuir para o desenvolvimento de cidades e comunidades sustentáveis?. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, p. e30610514926, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14926>. Acesso em: 26 out. 2025.

SENCÉBÉ, Y.; PINTON, F.; CAZELLA, A. A. On the unequal coexistence of agrifood systems in Brazil. **Review of Agricultural, Food and Environmental Studies**, v. 101, n. 2–3, p. 191–212, 2020. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s41130-020-00099-8>. Acesso em: 26 out. 2025.

SIDANER, E.; BALABAN, D.; BURLANDY, L. The Brazilian school feeding programme: an example of an integrated programme in support of food and nutrition security. **Public Health Nutrition**, v. 16, n. 6, p. 989–994, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1017/s1368980012005101>.

SILVA, A. S.; BIELLA, C. D. A.; PETRAMALE, C. A. Envolvimento do público na avaliação de tecnologias em saúde: experiências mundiais e do Brasil. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v. 6, n. 4, p. 3313, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/22114>. Acesso em: 26 out. 2025.

SILVA, B.; GABRIEL, C.; NICKEL, D.; MACHADO, M.; MARTINS, M.; BRICARELLO, L.; FAGUNDES, A. Participatory construction of the food security agenda in Brazil: interests and priorities from re-democratization to institutional dismantling. **Revista Chilena de Nutrición**, v. 50, n. 1, p. 27–41, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4067/s0717-75182023000100027>.

SILVA, J. V.; LOPES, V. S.; ALMEIDA, M. V. R. D.; GIRÃO, A. L. D. A.; QUEMEL, P. D. S.; OLIVEIRA, R. T. D.; OLIVEIRA, T. S. D. Segurança alimentar de agricultores agroecológicos do Semiárido Brasileiro. **Revista ELO – Diálogos em Extensão**, v. 10, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/11021>. Acesso em: 26 out. 2025.

SILVA, N. C.; SOUZA, R. M. E. Modelo de indicadores de governança e resiliência socioecológica: contributos para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 13, n. 11, p. 183–207, 2023. Disponível em: <https://sustenere.inf.br/index.php/rica/article/view/7821>. Acesso em: 26 out. 2025.

SILVA, P. M.; SIMÕES, A. F. Ambiente Alimentar e Cidades Sustentáveis: análise de inter-relações nos contextos político, sociocultural e econômico. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 19, n. 6, 2023. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/view/4738. Acesso em: 26 out. 2025.

SOUZA, J. Impacto da transformação digital nos bancos de alimentos: um estudo de caso no Brasil. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51473/rcmos.v1i1.2023.1109>.

TENUTA, N.; BARROS, T.; TEIXEIRA, R.; PAES-SOUSA, R. Brazilian food banks: overview and perspectives. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 23, 12598, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph182312598>.

TENUTA, N.; TEIXEIRA, R.; SOUZA, A.; MIRANDA, W.; PAES-SOUSA, R. Brazilian food banks: how to evaluate them? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232025302.00822024en>.

VASQUES, P. H. R. P. Saneamento básico: uma avaliação sobre a atuação dos setores público e privado no contexto de novas proposições regulatórias. **Geo UERJ**, n. 36, p. e48413, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/48413>. Acesso em: 26 out. 2025.

VERANO, T. D. C.; MEDINA, G.; SILVA NETO, C. D. M. Diversidade de canais curtos de comercialização com participação de agricultores familiares: relevância de modalidades tradicionais como feiras do produtor e inovadoras como grupos de WhatsApp. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 31, n. 2, p. e2331216, 2023. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa31-2_16. Acesso em: 26 out. 2025.

APÊNDICES

Apêndice A. Termo de Anuência Institucional (TAI).

Nome da Instituição

Logomarca da Instituição

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL - TAI

Eu, _____ na condição de
_____, responsável pela _____ (o)
_____, manifesto a ciência, concordância e disponibilidade dos
meios necessários para a realização e desenvolvimento da pesquisa intitulada “BANCO DE ALIMENTOS
AGROECOLÓGICOS NO MUNICÍPIO DE MARICÁ - RJ” na nossa instituição. A instituição assume o compromisso de
apoiar a pesquisa que será desenvolvida por Angélica Cristina Laurindo do Nascimento, sob a orientação do(a) Robson
Amâncio, _____ professor na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tendo ciência que a
pesquisa objetiva analisar de maneira sistêmica e integrada as ações que culminam na criação do projeto para um banco de
alimentos agroecológicos produzidos no município de Maricá.

A instituição assume o compromisso de que a coleta dos dados estará condicionada à apresentação do Parecer de
Aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa, junto ao Sistema CEP/Conep.

Atenciosamente,

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do dirigente institucional ou pessoa por ele delegada

(Nome completo e função do(a) dirigente institucional ou pessoa por ele(a) delegada)

Modelo baseado nas Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e 580/2018 e nas Cartas
Circulares 0212/2010 e 122/2012 da Conep.

Apêndice B. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (continua).

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de pós-graduação em práticas em desenvolvimento sustentável
Instituto de Florestas



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada “BANCO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS NO MUNICÍPIO DE MARICÁ-RJ”. O objetivo desta pesquisa é analisar de maneira sistêmica e integrada as ações que culminam na criação do projeto para um banco de alimentos agroecológicos produzidos no município de Maricá RJ. O (a) pesquisador(a) responsável por esta pesquisa é Angélica Cristina Laurindo do Nascimento, ele é Estudante, do/a Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo(a) de acordo com a Resolução CNS 510/2016, Art. 9, V e Art. 17, IV.

As informações serão obtidas da seguinte forma: Através de questionários pretende-se acessar informações técnicas da instituição, aplicação de questionários com gestores e/ou colaboradores, individualmente, acesso a acervos e dados que dialoguem com a temática do projeto. A pesquisa direta será realizada em três eixos, de acordo com o grupo de participantes, a partir do levantamento da demanda pelo serviço, levantamento da oferta – indicadores produtivos e disponibilidade de recursos; e levantamento da vontade política. Serão aplicados questionários online e/ou presenciais a depender da disponibilidade entre as partes com até 30 questões: de respostas diretas ou quantitativas, com duração de 30 minutos.

Sua participação envolve os seguintes riscos previsíveis: cansaço e desconforto em questões presentes no questionário. A sua participação pode ajudar os pesquisadores a entender melhor O processo de desenvolvimento do município de Maricá RJ, através das ações estratégicas para mitigar os impactos provocados pela fome e insegurança alimentar. A pesquisa também trará benefícios a outras pessoas pelo avanço da ciência, pesquisa e extensão, e você estará participando disso.

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão ressarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. Os pesquisadores poderão informar os resultados ao final da pesquisa através do artigo científico baseado na dissertação apresentada ao programa de pós-graduação.

Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o(a) pesquisador(a) através do(s) telefone(s) (21) 987901176, pelo e-mail laurindoangelica@ufrj.br, e endereço

Programa de pós-graduação em práticas em desenvolvimento sustentável
Instituto de Florestas

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa

Apêndice B. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (conclusão).

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de pós-graduação em práticas em desenvolvimento sustentável
Instituto de Florestas



profissional/institucional Rua Vinte e Dois, 209, lote 22 quadra 624, Loteamento Manu Manuela, Cajueiros (Itaipuaçu), Maricá - RJ

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE _____. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: _____
Assinatura: _____ local e data: _____

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: _____
Assinatura: _____ Local/data: _____
Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha (Se houver): _____
Assinatura: _____ Local/data: _____

**Este termo foi elaborado a partir do modelo de TCLE do CEP/Unifesp e orientações do CEP/IFF/Fiocruz.*

Programa de pós-graduação em práticas em desenvolvimento sustentável
Instituto de Florestas

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa

Apêndice C. Questionário aplicado na pesquisa (continua).

Seção 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Seção 2 – Definição de Categoria por Seguimento

Em qual seguimento você atua dentro do município de Maricá?

- ☐ Projeto municipal
- ☐ (Gestores) Secretaria municipal / autarquia
- ☐ CRAS – Centros de Referência de Assistência Social
- ☐ COMSEA

Seção 3 – Seguimento 1: Projetos Municipais

Esta seção é específica para gestores e colaboradores de projetos municipais.

1. O projeto que você faz parte é vinculado a qual ente público?
 - ☐ Secretaria municipal
 - ☐ Autarquia municipal
 - ☐ Outro: _____
2. Grande área de atuação do projeto:
 - ☐ Agroecologia / agricultura urbana
 - ☐ Segurança alimentar e nutricional

Seção 4 – Projeto Municipal: Agroecologia / Agricultura Urbana

1. Há quanto tempo o projeto desenvolve ações no município de Maricá-RJ?
2. Qual local (bairro e distrito) o projeto é desenvolvido?
3. Qual a área (m²) manejada pelo projeto?
4. O projeto é desenvolvido em área pública?
 - ☐ Sim ☐ Não
5. O projeto desenvolve ações intersetoriais ou conjuntas com outros projetos?
 - ☐ Sim ☐ Não
6. O projeto executa ação conjunta com os CRAS do município?
 - ☐ Sim ☐ Não
7. Dentre os objetivos e metas do projeto, algum está relacionado à segurança alimentar e nutricional?
 - ☐ Sim ☐ Não

Seção 5 – Estratégias do Projeto

Descreva quais as estratégias do projeto dialogam com ações de segurança alimentar e nutricional para o município:

Seção 6 – Produção de Alimentos

1. O projeto produz alimentos?
 - ☐ Sim ☐ Não
2. Quais os principais produtos do projeto?
 - ☐ Hortaliças ☐ Frutas ☐ Grãos e cereais ☐ Minimamente processados ☐ Alimento beneficiado ☐ Outro: _____

3. Existe uma meta ou plano de ação específico do projeto para destinar a produção?
☐ Sim ☐ Não

Seção 7 – Destinação da Produção

1. Qual o destino dos alimentos produzidos?
2. Qual o quantitativo de pessoas beneficiadas com os alimentos?
3. Qual a quantidade (kg) de alimentos produzidos mensalmente pelo projeto (em média)?
4. Qual o número de variedades produzidas pelo projeto?

Seção 8 – Destino dos Alimentos Produzidos

Qual o destino dos alimentos produzidos pelo projeto?

Seção 9 – Importância do Banco de Alimentos

1. Para o seu projeto seria importante ter um banco de alimentos municipal que faça a gestão da distribuição de alimentos produzidos no município? Por quê?
2. Em sua opinião, os projetos municipais de agroecologia/agricultura urbana estão trabalhando em conjunto para garantir segurança alimentar e nutricional?
☐ Sim ☐ Não
3. Dentro da realidade do projeto que você participa, existe a perspectiva de colaboração com um banco de alimentos local?
☐ Sim ☐ Não

Seção 10 – Desafios

Descreva os principais desafios que impediriam o projeto de colaborar com um banco de alimentos municipal:

Seção 11 – Projeto Municipal: Segurança Alimentar e Nutricional

1. Há quanto tempo o projeto desenvolve ações no município de Maricá-RJ?
2. Qual local (bairro e distrito) o projeto é desenvolvido?
3. O projeto desenvolve ações intersetoriais ou conjuntas com outros projetos?
☐ Sim ☐ Não

Seção 12 – Ações Intersetoriais

1. Quais ações intersetoriais ou de caráter multidisciplinar são desenvolvidas pelo projeto?
2. Existe colaboração com o setor municipal de agricultura/agroecologia?
☐ Sim ☐ Não
3. O projeto executa ação conjunta com os CRAS do município?
☐ Sim ☐ Não

Seção 13 – Manipulação ou Produção de Alimentos

O projeto manipula ou produz alimentos?
☐ Sim ☐ Não

Seção 14 – Alimentos Produzidos

1. Quais os principais alimentos manipulados ou produzidos pelo projeto?
☐ Hortaliças ☐ Frutas ☐ Grãos/cereais ☐ Minimamente processados ☐ Alimento beneficiado ☐ Outro: _____
2. Qual o quantitativo (kg) produzido/manipulado mensalmente (média)?
3. Existe meta/plano de ação para destinação dos alimentos?
☐ Sim ☐ Não
4. Cite qual o destino dos alimentos: _____
5. Qual o número de pessoas atendidas com os alimentos?

Seção 15 – Colaboração e Banco de Alimentos

1. Em sua opinião, os projetos municipais de segurança alimentar e nutricional deveriam desenvolver ações conjuntas?
☐ Sim ☐ Não
2. Para o seu projeto seria importante ter um banco de alimentos municipal que faça a gestão da distribuição de alimentos? Por quê?
3. Dentro da realidade do projeto que você participa, existe perspectiva de colaboração com um banco de alimentos local?
☐ Sim ☐ Não

Seção 16 – Seguimento 2: Secretaria Municipal / Autarquia

1. Explique as ações desenvolvidas pela secretaria/autarquia nas pautas relacionadas à superação da fome no município:
2. Explique as ações desenvolvidas pela secretaria/autarquia nas pautas relacionadas ao desenvolvimento local sustentável:

Seção 17 – Projetos da Secretaria/Autarquia

1. A secretaria/autarquia desenvolve projetos na área da agroecologia?
☐ Sim ☐ Não
 Se sim, cite quais: _____
2. A secretaria/autarquia desenvolve projetos na área de segurança alimentar e nutricional?
☐ Sim ☐ Não
 Se sim, cite quais: _____

Seção 18 – Intersetorialidade e Participação Popular

1. A secretaria/autarquia trabalha em conjunto com quais outras frentes ou secretarias?
2. Trabalha com projetos articulados aos CRAS?
☐ Sim ☐ Não
3. Como a gestão tem pensado soluções para garantir segurança alimentar e nutricional no município?
4. Como a gestão avalia o papel da agroecologia na garantia da segurança alimentar?
5. A gestão considera a participação popular na construção de editais de seleção de projetos?
☐ Sim ☐ Não
6. Qual a frequência de participação em audiências públicas, reuniões e fóruns sobre agroecologia e segurança alimentar (média anual)?

Seção 19 – Seguimento 3: CRAS

1. Qual a região ou distrito de referência?
☐ Ponta Negra ☐ Inoã ☐ Itaipuaçu ☐ Centro ☐ Outro: _____
2. Quais bairros são atendidos pelo polo?
3. Número médio de pessoas atendidas: _____
4. Gênero majoritariamente atendido:
☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Não binário
5. Faixa etária majoritariamente atendida:
☐ Menos de 18 anos ☐ 18 a 64 anos ☐ Acima de 65 anos

Seção 20 – Relação com a Temática

1. É frequente o atendimento de pessoas em insegurança alimentar e nutricional?
☐ Sim ☐ Não
2. O CRAS consegue resolver casos de insegurança alimentar e nutricional?
☐ Sim ☐ Não
 Se sim, de que maneira: _____
3. Na sua opinião, é responsabilidade do CRAS auxiliar os atendidos na superação da fome e insegurança alimentar?
☐ Sim ☐ Não
4. Existem projetos municipais que trabalhem diretamente com sua unidade e se relacionem com segurança alimentar e agroecologia?
☐ Sim ☐ Não
 Se sim, de que maneira atuam: _____
5. São realizadas palestras ou outras formações com as equipes dos CRAS sobre segurança alimentar e agroecologia?
☐ Sim ☐ Não

Seção 21 – Avaliação e Perspectivas

1. Na sua opinião, qual a importância de o município garantir segurança alimentar aos atendidos pelo CRAS?
2. Você avalia que existe vontade política nas ações de superação da insegurança alimentar?
☐ Sim ☐ Não
3. A participação de projetos de agroecologia e segurança alimentar na sua unidade seria importante?
☐ Sim ☐ Não
4. Para sua unidade seria importante ter um banco de alimentos municipal para encaminhamento de atendidos em insegurança alimentar?
☐ Sim ☐ Não

Seção 22 – Seguimento 4: COMSEA

Como você avalia as ações intersetoriais do município para promoção de segurança alimentar e nutricional?

- ☐ Funcionam de maneira coordenada e estruturais
- ☐ Funcionam de maneira coordenada, porém descontínuas
- ☐ As ações intersetoriais são insuficientes
- ☐ Desconhece ações intersetoriais de referência

Seção 23 – Atuação e Políticas do COMSEA

1. Quais ações são encaminhadas ou realizadas pelo COMSEA para solucionar casos de insegurança alimentar e nutricional?
2. Em sua opinião, existe vontade política para ações de superação da insegurança alimentar no município?
☐ Sim ☐ Não
3. Os gestores públicos participam das reuniões de conselho e outros encaminhamentos?
☐ De maneira satisfatória e participativa
☐ Participam, mas não se engajam
☐ Participação de poucos seguimentos públicos
☐ Participação esporádica ou insuficiente
4. Como você avalia a participação da sociedade civil nas reuniões do conselho?
☐ Participação ativa
☐ Participam, porém com pouco engajamento
☐ Pouca adesão
☐ Participação insuficiente
5. Quais as principais políticas públicas o COMSEA tem encaminhado para o município?
6. Em sua opinião, os equipamentos públicos do município conseguem atender aos casos de insegurança alimentar?
☐ Sim ☐ Não
7. O COMSEA tem em suas pautas a previsão da existência de um banco de alimentos para o município?
☐ Sim ☐ Não
8. Em sua opinião, seria importante a existência de um banco de alimentos municipal?
☐ Sim ☐ Não
Se sim, por que julga importante: _____
9. Deixe aqui uma sugestão sobre a proposta:

Apêndice D. Transcrição de Entrevista com Subsecretária de Economia Solidária de Maricá, Presidente da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA).

Entrevistadora: Primeiramente, (nome da Entrevistada), eu gostaria de saber se posso gravar essa entrevista?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: (nome da Entrevistada), qual é o seu cargo junto à gestão do município e aos equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional?

Entrevistada: No caso, eu sou presidente da CAISAN Maricá há três anos. E, aqui na Secretaria de Economia Solidária, eu atuo como subsecretária.

Entrevistadora: Na sua percepção, o município de Maricá hoje enfrenta muitos casos de insegurança alimentar? E como tem sido a articulação para a resolução desses desafios?

Entrevistada: Nós temos insegurança alimentar, principalmente devido ao grande aumento populacional. A população do município seguramente mais que dobrou, com muitas pessoas vindas de outros municípios, e a grande maioria em vulnerabilidade social. Houve um crescimento demográfico assustador em nossa cidade, o que dificulta a precisão dos dados. Temos algumas referências, como uma pesquisa do IDR, que indica áreas com maior vulnerabilidade, como Inoã, mas não temos um diagnóstico abrangente de todo o município. Pesquisas como a da UNO-Habitat não atingem 100% da população, e mesmo o IBGE não fornece dados tão específicos.

Diante disso, a CAISAN, composta por dez secretarias e autarquias municipais, tem atuado para amenizar a situação. Um exemplo é o Restaurante Popular, que é bancado exclusivamente pelo município – diferentemente da maioria das cidades, onde geralmente é uma iniciativa estadual. Lá, uma família de quatro pessoas pode almoçar por R\$ 8, um valor inviável para preparar uma refeição equivalente em casa, que inclui verdura, legume, proteína, suco e sobremesa. Essa iniciativa, somada às Praças Agroecológicas e à Fazenda Pública Joaquín Piñeiro, que realizam doações de verduras, tem ajudado a reduzir a insegurança alimentar.

Entrevistadora: Eu gostaria de saber como está sendo a articulação para o Programa de Banco de Alimentos aqui no município e quais secretarias estão mais envolvidas nessa articulação.

Entrevistada: A CAISAN é composta por secretarias como Educação, Saúde, Economia Solidária, Agricultura, Trabalho, e a nova Secretaria de Pessoas com Deficiência e Inclusão, além da autarquia CODEMAR – que será transformada em AMAR –, responsável pela produção de alimentos. As que mais participam ativamente são a Secretaria de Educação, devido à alimentação escolar, que tem um peso significativo pelo número de alunos; a Secretaria de Agricultura, pelas Praças Agroecológicas e pela Fazenda; e a Assistência Social. A Secretaria de Saúde, que antes tinha uma participação mais ativa, atualmente tem comparecido menos às reuniões.

Nós já instituímos o PLANASAN (Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional) e temos adesão ao SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). Realizamos uma primeira conferência, que elegeu o CONSEA, e agora planejamos a segunda. No momento, temos dois Grupos de Trabalho (GTs) na CAISAN: um

para revisão do PLANSAN, coordenado pelo Adalto, e outro para a elaboração de uma cartilha municipal sobre Segurança Alimentar, que eu coordeno.

Com a mudança de governo, muitos membros da CAISAN foram substituídos, o que gera uma descontinuidade que prejudica as políticas públicas. No entanto, agora estamos realinhados e planejando mais atividades. Uma proposta é utilizar uma sala no Restaurante Popular para palestras breves sobre nutrição, com duração de 15 a 20 minutos, ministradas por estagiários de nutrição – que já atuam na Educação ou por meio do programa de passaporte universitário municipal. A ideia é oferecer algo, como bananas desidratadas, para atrair o público e conscientizar sobre alimentação saudável, com foco em problemas como hipertensão e obesidade infanto-juvenil.

Outra iniciativa em tramitação é uma lei para proibir a venda de alimentos industrializados e ultraprocessados nas escolas. Muitos municípios já adotaram essa medida, e apesar de sabermos que será uma batalha, é uma meta necessária diante do crescente índice de obesidade entre crianças e jovens.

Entrevistadora: Eu gostaria de saber um pouco sobre o projeto do Banco de Alimentos Municipal e como ele vai funcionar. Em que passo esse projeto está?

Entrevistada: No momento, o projeto do Banco de Alimentos ainda está no papel, previsto no PLANSAN. A implementação depende do funcionamento do Mercado Produtor, onde a ideia seria operacionalizá-lo. Acredito que a gestão do Banco de Alimentos deva ficar a cargo da Secretaria de Agricultura e Pecuária, por ser o órgão com acesso direto aos agricultores familiares e responsável pela coleta dos alimentos. Portanto, não posso precisar o estágio atual do projeto, mas sei que existe na Secretaria de Agricultura. Nosso papel na CAISAN é incentivar e articular para que isso avance.

Temos também um trabalho com a Agricultura Familiar e com o MST para implantação de hortas em escolas, residências e no CAPS AD, que já possui uma horta comunitária. Para informações mais detalhadas sobre o Banco de Alimentos, a Secretaria de Agricultura é a mais indicada.

Entrevistadora: Obrigada, (nome da Entrevistada).